

Considerando a Resolução COMAS-SP nº 1183, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Recomposição da Comissão Organizadora Central da XII Conferência Municipal de Assistência Social.

**RESOLVE:**  
Art. 1º - Recompôr os(as) conselheiros(as) representantes do poder público e da sociedade civil na Comissão Organizadora Central da XII Conferência Municipal de Assistência Social de São Paulo:

I - Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS/SP:  
a)Conselheiros Sociedade Civil  
Titulares: Fernanda Campana, Gírlândia Silva Santana, Adriana Oliveira Gonçalves Bezerra, Damaris Lacerda Abreu e Carlos Henrique C. de Aquino,

b)Conselheiros Poder Público  
Titulares: Luiz Fernando Francisquini (na retoria), Fabiana Santos de Paula, Marcela da S. Leite Balbino, Maria Aparecida de Laia e Valdemar Alves Ferreira

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

**FERNANDA CAMPANA**  
Presidente – COMAS-SP  
**RESOLUÇÃO COMAS-SP nº1263, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

Dispõe sobre encaminhamentos e procedimentos para os pedidos de manutenção da inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos ou benefícios socioassistenciais no COMAS-SP em 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP, no uso das competências que lhe conferem a Lei Federal n.º8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei Federal n.º12.435, de 06 de julho 2011; a Lei Municipal n.º12.524, de 1º de dezembro de 1997; o Decreto n.º38.877, de 21 de dezembro de 1999; e, incisos III e IV do artigo 3º do Regimento Interno; e,

CONSIDERANDO que compete ao COMAS-SP fixar normas para inscrição e manutenção de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS n.º14/2014 de 15 de maio de 2014, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social;

CONSIDERANDO as normativas vigentes do COMAS-SP referentes à inscrição e manutenção de inscrição das entidades e organizações de Assistência Social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no Conselho Municipal de Assistência Social de São Paulo - COMAS-SP: Art. 28 da Resolução COMAS-SP nº528/2011; inciso II, do artigo 1º da Resolução COMAS-SP nº845/2014; Artigo 2º da Resolução COMAS-SP nº1028/2015; Artigos 1º e 2º da Resolução COMAS-SP nº1078/2016; e, Artigos 21, 22, 37, 38, 39 e 40 da Resolução COMAS-SP nº1080/2016;

CONSIDERANDO a Resolução COMAS-SP nº1169/2017 de 14 de março de 2017, que dispõe que as entidades ou organizações de Assistência Social e serviços com inscrição de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), bem como aquelas que tem inscrição de programas, projetos e benefícios socioassistenciais, que tiveram suas inscrições deferidas e publicadas em Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC-SP até 30/12/2016, deveriam requerer e entregar o pedido de manutenção de sua inscrição até 02 de maio de 2017;

CONSIDERANDO que as inscrições de entidades ou organizações ou serviços de assistência social com numeração final de 4 a 9 estarão, no ano de 2017, isentas da entrega da documentação para a manutenção, sendo matéria de resoluções específicas nos anos de 2018 e 2019.

**RESOLVE:**  
Art. 1º - Divulgar a relação de entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com inscrição de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), que não atenderam ao disposto no artigo 28 e Capítulo VII - “Do Cancelamento da Inscrição”, artigo 32, inciso VI e artigo 33, da Resolução COMAS-SP n.º528/2011; artigos 21, 22, 37, 38, 39 e 40 da Resolução COMAS-SP nº1080/2016; e, artigos 1º, 2º e 4º da Resolução COMAS-SP nº1169/2017.

Art. 2º - Cancelar e arquivar a partir da data de publicação da presente Resolução, conforme segue abaixo relacionado, aquelas entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com inscrição de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), que não entregaram os documentos de Manutenção de Inscrição do ano de 2017, mesmo após o recebimento de notificação, prevista no art. 33 da Resolução COMAS-SP nº528/2011, no art. 30 da Resolução COMAS-SP nº1080/2016 e no art. 5º da Resolução COMAS-SP nº1169/2017.

Parágrafo Único - As entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, relacionados nesta Resolução, poderão solicitar “a qualquer tempo” nova inscrição junto ao COMAS-SP nos termos da Resolução COMAS-SP nº1080/2016.

Inscrição no Razão Social COMAS-SP (nº)	Instituição	Inscrição/CNPJ	Entidade
301	Instituto Gabriele Barreto Sogari - INSTITUTO GABI		Entidade
453	Associação Cristã de Moços de São Paulo - ACM		Serviço
460	Associação Cristã de Moços de São Paulo - ACM		Serviço
472	Associação Amigos em Cristo - AAC		Entidade
762	Ação Brasileira de Assistência e Conscientização da Serviço Cidadania - ABRACCI		Entidade
773	Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS		Serviço
820	Centro de Assistência Social do Jardim Peri		Serviço
841	"A MÃO COOPERADORA" Obras Sociais e Educacionais - CREMAC		Serviço
842	"A MÃO COOPERADORA" Obras Sociais e Educacionais - CREMAC		Serviço
910	Sociedade Amigos de Vila Industrial		Entidade
930	Núcleo Social Reluz - Reluz		Entidade
972	Centro Espírita Jesus Redivivo		Serviço
1030	AAPIQ - Associação de Apoio ao Projeto Quixote		Serviço
1053	Ação Social Capela da Santa Cruz		Serviço
1201	Sociedade Beneficente Gota de Amor		Entidade
1322	Associação Beneficente de Amparo ao Idoso Carente "Caminho da Vida"		Entidade

Art. 3º - A Comissão de Relações Interinstitucionais - CRI analisará as entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com inscrição de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), que atenderam ao disposto no artigo 28 da Resolução COMAS-SP nº528/2011; artigos 20, 21, 22 e 38 da Resolução COMAS-SP nº1080/2016; e, artigos 1º, 2º, 4º e 5º da Resolução COMAS-SP nº1169/2017.

§1º - A Comissão estabelecerá metodologia de análise e poderá utilizar da equipe técnica do Gestor Municipal responsável pela Política de Assistência Social para visita técnica e reavaliação, manifestando-se quanto à continuidade das ações e pleno e regular funcionamento da entidade e organização, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, e também se os documentos para a manutenção da inscrição atendem ao disposto no art. 20 e 21 da Resolução COMAS-SP nº1080/2016 e art. 1º e 2º da Resolução COMAS-SP nº1169/2017;

§2º - Serão analisadas pela Comissão as entidades e organizações de assistência social, bem como serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, com inscrição de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), que requisitaram a manutenção da inscrição até 02 de maio de 2017 e aquelas que regularizaram a entrega dos documentos para a manutenção da inscrição no prazo dos 30 (trinta) dias a contar do aviso de recebimento da notificação do COMAS-SP em 11 de maio de 2017;

§3º - Durante a análise a ser realizada pela Comissão será mantido o “status” (condição) da inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no COMAS-SP, de numeração final de 0 (zero) a 3 (três), que entregaram os documentos de manutenção da inscrição referente ao ano de 2017 nos termos do artigo 3º e §1º;

§4º - Ao final da análise a Comissão poderá encaminhar para deliberação do Plenário a proposta de manutenção ou cancelamento da inscrição.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC-SP. **Fernanda Campana**  
Presidente do COMAS-SP

## FAZENDA

### SUBSECRETARIA DA RECEITA MUNICIPAL

#### DIVISÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS - DIESP

Nos termos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223 de 1º/07/2015, alterado pelo Decreto 56.881 de 18/03/2016 fica(m) credenciada(s) de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a partir desta data, o(s) advogado(s) abaixo relacionado(s): **Silvio Luiz de Toledo Cesar, OAB/SP nº. 114.703.**

#### SUBDIVISÃO DE IMUNIDADES, ISENÇÕES E SERVIÇOS ESPECIAIS - SUBIM

##### SUREM/DEJUG/DIESP/SUBIM

Nos termos do artigo 5º do Decreto Municipal nº 56.223, de 1º de julho de 2015, fica credenciada de ofício no Domicílio Eletrônico do Cidadão Paulistano – DEC, a pessoa jurídica: **MERCANTIL E INDUSTRIAL ENGLBRECHT LTDA, de CNPJ: 61.529.046/0003-59.**

#### SUBDIVISÃO DE RESTITUIÇÕES E COMPENSAÇÕES - SUREC

##### DIVISÃO DE SERVIÇOS ESPECIAIS – DIESP

Coordenação - SUREC

##### EDITAL 051/2017

Ficam os contribuintes abaixo relacionados convocados para complementação da documentação ou cumprimento de qualquer ato essencial ao andamento do processo a comparecerem à Rua Pedro Américo, 32 – 6º and. Vila Buarque, no prazo de 10 (dez) dias sob pena de indeferimento.

**PROCESSO, INTERESSADO, CNPJ/CPF, SQL/CCM:**  
2015-0.307.747-7, COLORMIX IND. E COMERCIO DE PIGMENTOS LTDA, 44.346.930/0001-77, 8.582.162-4 (CANCELADO)

## URBANISMO E LICENCIAMENTO

### GABINETE DA SECRETÁRIA

**SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC COMUNIQUE-SE: EDITAL 2017-1-198**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E LICENCIAMENTO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405 - 18 ANDAR  
**2017-0.120.931-0 LUCIANO FLOR DO NASCIMENTO**  
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR  
**2017-0.125.633-5 JOAO BATISTA LEITE FILHO**  
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR  
**2017-0.131.265-0 LUCIANO FLOR DO NASCIMENTO**  
HTTPS://SLCE.PREFEITURA.SP.GOV.BR

**COORDENADORIA DE ATIVIDADE ESPECIAL E SEGURANCA DE USO**

ENDERECO: RUA SAO BENTO, 405  
**2016-0.138.339-4 MC DESIGN COM. DE PCS. PARA ELEVADORES LTDA ME**  
CONFORME CARTA.  
**2017-0.098.776-0 AB-ABRIENS ELEV.COM.MAN.SERVS. LTDA-EPP**  
CONCEDIDO PRAZO.  
**2017-0.108.146-2 FLEURY SA**  
CONFORME CARTA.  
**2017-0.114.802-8 ELEVADORES GLOBO QUAD EIRELI-ME**  
CONFORME CARTA.

##### EDITAL DE COMUNIQUE-SE (SISAOE)

OS ABAIXO RELACIONADOS DEVERAO COMPARECER EM ATE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS OU; 60 (SESSENTA) DIAS CORRIDOS PARA O AUTO DE REGULARIZACAO (ANIS-TIA) - LEIS 11.522/94 OU 13.558/03 ALTERADA PELA LEI 13876/04, A PARTIR DA DATA DESTA PUBLICACAO.

##### GABINETE DO SECRETARIO

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2003-1020331-3	0007015500256-1	ANTONIO MANUEL MARTINS E OUTRO
2003-1023842-7	0003702302433-1	JULIA MARIA BOTELHO DOS SANTOS
2003-1028054-7	0020106800017-1	GRACIOSA DOS SANTOS SARAIVA
2003-1044880-4	0014506200038-1	JORGE UEHARA
2003-1053278-3	0007651400712-1	VALDIR JOSE DA SILVA
2003-1056122-8	0013418000214-1	MARIO DUARTE DE OLIVEIRA
2003-1066383-7	0016205300043-1	ALBANO SIMONES
2003-1067736-6	0011901901504-1	AMELIA DOMINGOS PEDROZO
2004-1014704-0	0017207300173-1	LUIZ CARLOS MARCELLI
2004-1015653-8	0000807400203-1	JOSE ROBERTO ISSA CHEDA

##### COORDENADORIA EDIFIC. USO RESIDENCIAL - SEL/RESID

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2009-0236447-9	0001217300511-1	MARIA DO PATROCINIO VIEIRA
2012-0203999-1	0013505600295-1	JOSE RAIMUNDO DE ANDRADE
2014-0137725-0	0004123000061-7	PARTIRIB PROJETOS IMOBILIARIOS FAS LTDA
2015-0271563-1	0001403900221-1	GILBERTO FLAVIO SOUZA SULZBACHER
2016-0093439-7	0007608100311-1	RAFAEL GUTIERREZ FERNANDEZ
2016-0257043-0	0000708108891-1	CYRELA VIOLETA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2017-0070304-4	0009709800005-1	GRAZIELLI CHRISTINE VADILLETI DE OLIVEIRA
2017-0109344-4	0009700200140-1	23 KALLAS MOFARREJ II EMPREENDIMENTOS IMOB. LTDA
2017-0064141-3	0004102901140-1	1 CONDOMINIO EDIFICIO VILLA D ESTE
2016-0101695-2	0006403700502-1	1 RONALD SEBASTIAN MANCILLA LIMACHI
2015-0338843-0	0008118000168-1	1 CORNALINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2015-0244838-2	0006913600275-1	1 ALEXANDRE MENDONCA MILLEU
2013-0368491-4	0001302000871-1	1 NOEMIA SOARES FIRMINO
2013-0306943-8	0007121000156-1	1 CAMBA BLANCO IMOVEIS E CONSTRUCOES EIRELI

##### COORD.EDIF.SERVICO E USO INSTITUCIONAL - SEL/SERVIN

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2013-0021905-6	0003800400618-1	5 SAO PAULO PREVIDENCIA-SPPREV
2013-0117367-0	0002207800423-1	7 TGI ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
2017-0130134-9	0002208800214-1	8 CONSTRUTORA PAULO MAURO LTDA
2017-0079610-7	0002603700227-1	5 NOTRE DAME INTERMEDICA SAUDE S/A
2017-0053947-3	0008110600131-3	6 RENOVA HOLDING EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2016-0277172-0	0000900500778-1	3 INTERATIVA CONSULTORIA E ADMINISTRACAO LTDA
2016-0175393-0	0009700500098-1	8 WILLIAN THIAGO CARDOSO
2015-0335619-8	0008731401708-1	606 ADMINISTRADORA E EDITORA VERA CRUZ LTDA
2014-0180654-2	0001007804203-1	6 JOAO CARMONA
2014-0162347-2	00007030605445-1	2 MISSISSIP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA
2014-0041642-2	0000503400408-1	25 LIDERANCA CAPITALIZACAO SOCIEDADE ANONIMA

##### COORD. EDIF. USO COMERCIAL E INDUSTRIAL - SEL/COMIN

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2011-0355852-4	00006065401733-1	5 BANCO ABN AMRO REAL S.A.
2016-0109278-0	0009302800156-1	16 ALFATEC PLNEJ TEC. EMP E PART. S/C LTDA
2016-0224075-9	0011521000483-1	23 NEWTON CALDANO
2017-0055410-3	0002503200208-1	12 B F KHOURI PARTICIPACOES LTDA
2017-0041305-4	0013907800681-1	2 ARMANDO MARQUES
2017-0019747-5	0030412300122-1	8 ILMHAM SAAD MONAYARI
2016-0267858-4	0026200600013-3	3 MARCELO EDUARDO RICIERI DE LIMA
2016-0208223-1	0001002604737-1	5 PLASTI TECNICA LTDA
2015-0179352-3	6383580236209-2	2 IDI SONDA
2014-0149574-1	0007000700467-1	1 NOME ROMINA FERRINI
2017-0101798-5	0018600200120-1	29 PARQUE RAPOSO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
2017-0142236-7	0005808700051-1	3 PAULO EDUARDO RAMALHO
2017-0141161-6	0011409100153-3	3 SONIA MUNIZ
2017-0119852-1	0018600600218-1	13 TENDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A
2017-0113181-8	638358008176-2	1 MARCIO CORDEIRO VAZ
2017-0088463-4	001161600057-1	1 ODAIR JOSE PEREIRA ROSA
2017-0046420-1	0005916100418-1	1 GENE HILTON LIMA DE OLIVEIRA
2016-0273176-0	0011042600911-1	1 MIGUEL CARMINE NAPOLITANO
2015-0258829-0	0005909500023-1	2 RO-MA INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
2016-0156363-5	0005536900021-1	3 MARIA REGINA PATARA SARACENI
2016-0037352-2	00051117200251-1	3 COMARCIA APARECIDA NUNES SILVESTRE
2014-0175063-6	6383580101117-2	2 JUNIA APARECIDA KOLPING S AO FRANCISCO DE GUANANASES

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2017-0142236-7	0005808700051-1	3 PAULO EDUARDO RAMALHO
2017-0141161-6	0011409100153-3	3 SONIA MUNIZ
2017-0119852-1	0018600600218-1	13 TENDA NEGOCIOS IMOBILIARIOS S/A
2017-0113181-8	638358008176-2	1 MARCIO CORDEIRO VAZ
2017-0088463-4	001161600057-1	1 ODAIR JOSE PEREIRA ROSA
2017-0046420-1	0005916100418-1	1 GENE HILTON LIMA DE OLIVEIRA
2016-0273176-0	0011042600911-1	1 MIGUEL CARMINE NAPOLITANO
2015-0258829-0	0005909500023-1	2 RO-MA INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS
2016-0156363-5	0005536900021-1	3 MARIA REGINA PATARA SARACENI
2016-0037352-2	00051117200251-1	3 COMARCIA APARECIDA NUNES SILVESTRE
2014-0175063-6	6383580101117-2	2 JUNIA APARECIDA KOLPING S AO FRANCISCO DE GUANANASES

##### COORD.ATIV. ESPECIAL E SEGURANCA DE USO - SEL/SEGRU

PROCESSO	SQINCRA	NOME
2005-0267305-9	0008000100487-1	2 AUTO POSTO 1028 LTDA
2017-0155937-0	0007328400021-1	19 LIFE COMERCIO E SERVICOS LTDA.
2017-0154281-8	0000602702968-1	18 MUGUL PRODUOES E EVENTOS LTDA ME
2017-0153426-2	0002208602692-1	26 live nation brasil entretenimento hda
2017-0151677-9	0005429200050-1	114 ALPHA FM LTDA
2017-0124159-1	0010719999999-2	3 YESCOM SERVICOS - EIRELI - ME
2017-0121411-0	0005418200151-1	2 CARLOS ALBERTO GANDRA ZARA
2017-0101401-3	0000704900165-1	11 FLASH CLUB EVENTOS LTDA - EPP
2017-0098700-0	0004113100047-1	16 M21 AUTO POSTO E CONVENIENCIA LTDA
2017-0070289-7	0003002300640-1	4 AUTO POSTO CRISTAIS DO TATUAPE LTDA
2017-0039412-2	0002507501286-1	11 WAD ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO DE EMPREENDIMENT LTDA
2016-0273852-8	0000508900552-1	19 AUTO POSTO CIDADE DOIS LTDA
2016-0249169-7	0007927500041-1	7 IGREJA VIDA NOVA
2016-0160591-5	0000108000771-1	2 COND.EDIF.MONTEIRO SOARES
2016-0036870-7	0000508900552-1	18 AUTO POSTO CIDADE DOIS LTDA
2015-0247888-5	0012208001132-1	11 CELL SITE SOLUTIONS-CESAO DE INFRAESTRUTURAS S/A
2015-0167845-7	0008619200747-1	1 QMC TELECOM DO BRASIL CESSAO DE INFRAESTRUTURA LTDA
2006-0121502-4	0008545601492-1	8 DUTRAO AUTO POSTO LTDA. SHELL
2012-0191172-5	0014707300730-1	1 AMERICAN TOWER DO BRASIL C. INFRA-ESTRUTURAS LTDA
2014-0336106-8	0000908601239-1	13 CLARO SA
2015-0071069-1	0005201900623-1	31 AUTO POSTO DUQUE SALIM MALUF LTDA
2012-0249668-3	0008701200402-1	8 ALLIED ADVANCED TECHNOLOGIES LTDA
2010-0317897-5	0000104100214-	

o elevador lá está com problema. E precisamos incrementar para o segundo semestre, que será essa ação aqui. O Asdrúbal Nascimento, o valor está lá. Uma parte do dinheiro do Asdrúbal é recurso do Fundo porque a Caixa Econômica não banca porque essa obra teve uma paralisação e foi retomada agora, em uma nova licitação que fizemos. Então, a Caixa não paga uma parte dos serviços iniciais. O Fundo está bancando essa parte. A maior demanda desse pagamento é feito pela Caixa Econômica Federal, que começou agora, no segundo semestre, no dia 3 de julho, essa obra. Os elevadores novos do Asdrúbal, não há nada ainda lançado, porque ainda estamos em coleta de preços. As intervenções realizadas, que fizemos um adendo agora, o Parque Europa II, o Jardim Apanã e o Jardim das Orquídeas, que são conjuntos, alguns antigos, que estão precisando fazer o AVCB para regularizarmos e entregarmos a escritura para o pessoal que estava na lista, não vou dizer prioridade, mas que estão mais na frente, para fazer a regularização. Obras. Aqui uma foto do Parque Europa, um conjunto grande, em torno de 680 unidades, mais ou menos, que estamos fazendo o trabalho lá de AVCB para obtenção de regularização do conjunto como um todo. Jardim das Orquídeas, um conjunto na Zona Norte, Jardim Jaraguá, que o prédio foi entregue há uns dez anos, mais ou menos. É a mesma situação, paralisado com o AVCB, para regularizar e entregar. O João XXIII, o conjunto está ali, no meio. Estão fazendo umas obras de contenção, porque houve uns deslizamentos na lateral, que estavam colocando em risco o conjunto habitacional ainda. Uma segunda etapa vai ser o AVCB. A primeira, estão fazendo uma contenção lateral do conjunto, umas ruas paralelas aqui, que é um terreno que está solto aqui, bem nesse canto aqui. Os empreendimentos que estão sendo feitos aqui manutenção, Vila dos Idosos, Olarias, Parque do Gato, Asdrúbal do Nascimento, Senador Feijó e Palacete dos Artistas, que são do Parque de Locação Social, existem umas verbas aí destinadas à manutenção e tudo o que está em andamento. É uma contratação feita já no começo do ano. Não é agora e temos esse valor definido de R\$2,6 milhões, que está previsto e não houve alterações nesse valor. Aqui é o recurso atualizado em agosto de 2017. São empreendimentos do PHEP, Asdrúbal do Nascimento, que é a conclusão e reforma do edifício. A atualização feita agora, em agosto, dos elevadores do Asdrúbal e do Olarias. Não há valor ainda porque está sendo feito levantamento de custos para implantar. O elevador está quebrado e tem que ser trocado. Um elevador está funcionando lá normalmente. No caso aqui, o elevador é somente para o Asdrúbal do Nascimento. Nos outros, os elevadores estão funcionando perfeitamente. Não há custos por enquanto. As intervenções realizadas agora, que entraram agora, em maio, são no Parque Europa II, que é a obtenção de AVCB, que tem 680 unidades. O Apanã, não estou lembrado. E o Jardim das Orquídeas, são 500 unidades. E estão fazendo pequenas manutenções que são feitas no Parque do Gato, Olarias, e Parque Senador Feijó; pessoas que saem, alguma manutenção decorrente do uso do próprio imóvel, que geram pequenos custos. O Casarão do Carmo também, que a empreiteira falou e contratamos uma outra para concluir. E está em fase de conclusão. Em maio foi a contratação desse valor. Não vai aparecer agora. Só vai aparecer no segundo semestre essa contratação aqui. E a área das escolas desativadas, João XXIII, é aquele terreno que falei, que estava escorregando por problema de drenagem. Estava começando a ter riscos a edificação. Estão fazendo uma obra de drenagem naquela região, para não afetar nosso conjunto que lá está. Aqui uma visão geral do Parque Europa. É um conjunto de 680 unidades habitacionais, que já foi construído há algum tempo. Fica na Zona Sul de São Paulo. O Jardim das Orquídeas, na Zona Norte de São Paulo, com 500 unidades. Serviço de AVCB, os prédios estão em razoável estado. Precisamos do AVCB para obter essa licença, o Habite-se e fazer a regularização fundiária do imóvel, as escrituras. João XXIII, aquela área no fundo, que teve escorregamento de drenagem, no canto esquerdo, que estão fazendo essa contenção para depois entrar com AVCB no próximo ano, que é a previsão. O Apanã é um conjunto da Zona Norte, no alto, perto do Tremembé e também é a mesma situação: tem que fazer o AVCB. Hoje não tem segurança. O AVCB consiste em quê? Extintor, alarme de incêndio, mangueira, toda essa situação, que é necessária para o Corpo de Bombeiros, para termos essas autorizações, para depois implantar com Habite-se e tudo e fazer a regularização final e ter as matrículas do imóvel. Ai entra a minuta de resolução, o plano de aplicação de recursos. Aprova o plano de aplicação de recursos do Fundo, o Conselho, as disposições legais todas aqui, a competência da COHAB para executar, vistoria o Corpo de Bombeiros, regularização e comercialização de duas mil unidades habitacionais, arredondando aí, Parque Europa. Integra o plano de aplicação de recursos do Fundo Municipal aprovado para 2017. Incrementamos esses conjuntos. Está previsto para entrar somente em 2018. Como havia essa verba, conseguimos adequar esses dois conjuntos aqui na lista de prioridades para regularizar e encerrar esses conjuntos. **Sra. Marlene** - Fizemos uma análise da planilha e há uma divergência, que acho que é de digitação. Está um milhão, oitocentos e pouco. E, na verdade, é oitocentos e noventa e poucos mil. Fizemos essa análise e só queria colocar isso. Vai ter que ser corrigida essa planilha e as outras. Não sei, porque, como essa já tinha uma divergência, acabamos não olhando as outras, porque terá que ser corrigida de qualquer forma. E também fazemos uma sugestão para não arredondar os números, porque o arredondamento está sendo para mais, e um centavo, dois que seja, faz diferença. **Sr. Nilson** – Que conste em ata que houve uma inversão de valores aqui, onde o valor correto é R\$840 mil e não R\$1,8 milhão, como está no material. **(Está sendo inserida nesta Ata a Nota Técnica enviada pelo Sr. Nilson, em 30 de agosto de 2017 e encaminhada a todos os Conselheiros, que ora se transcreve: “Eslarecimento referente NOTA TÉCNICA sobre o item 2 da Pauta da REUNIÃO DO CMH DE 24/8/2017: O valor apresentado não contém erros a serem ajustados, pois o valor de R\$ 1.840.000 corresponde às dotações de Construções de Unidades Habitacionais Obras e instalações Recursos Próprios + Construção de Unidades Habitacionais Outros Serviços de Terceiros PJ. (840.698 + 1.000.000 = 1.840.698) como consta na planilha geral enviada para a apresentação. Na segunda planilha aparecem os valores disponibilizados nestas dotações após suplementação quais sejam: (12.618.989 + 97.825 = 12.716.814). São Paulo, 30 de agosto de 2017. Nilson Edson Leônidas - COHAB-SP.”)** **Sra. Verônica** - Esses R\$11.778.291,00 são suficientes para concluir esses conjuntos ou vai precisar de mais dinheiro para que possamos resolver o problema de outros mutirões que, com certeza, também estão esperando para entrar no Conselho? **Sr. Nilson** - Esse dinheiro é suficiente. Os contratos já estão firmados com as empresas. Elas já estão trabalhando nesse sentido. O prazo de execução dessa obra é de até seis meses. E encerra-se nesse ano mesmo. **Sra. Andréa** - Tivemos, há uns três meses, uma reunião na subprefeitura, falando a respeito dos programas habitacionais que estariam indo a Zona Leste, Penha. É uma área vasta com muita necessidade de população e temos famílias que atendemos para lá. Na verdade, são dúvidas. **Sr. Nilson** - Não estamos tratando aqui de um programa habitacional para a Penha ou aquela região. Estamos tratando aqui de uma implementação de recursos para regularizar conjuntos já existentes. Mas não é naquela região. É sobre os conjuntos que estão em andamento aqui. Esse é outro programa que deve estar em algum outro programa da secretaria. Não é objeto dessa pauta essa situação. **Sr. Gilmar** - Podemos encaminhar depois essa pauta da

Andréa para tratarmos desse tema nas próximas reuniões. **Sr. Florenzano** - Minha dúvida, já expliquei aqui em reuniões do Conselho anterior, é sobre o AVCB. Existem pessoas morando nesses conjuntos, certo? **Sr. Nilson** - Sim. **Sr. Florenzano** - E não têm o AVCB. **Sr. Nilson** - Isso. **Sr. Florenzano** - Na outra gestão, eu havia pedido para incluir me parece que R\$20 milhões para tirar o AVCB. E não sei o que aconteceu. Não devem ter sido incluídos. Se acontecer algum incidente, uma fatalidade de incêndio, mortes nesses edifícios que já estão habitados, de quem será a responsabilidade? **Sr. Nilson** - Essa é uma boa pergunta. A prefeitura, o Fundo aqui, estão tomando atitudes para fazer a regularização de todos esses conjuntos. Quando foram construídos, todos estavam em condições normais, com AVCB, com tudo funcionando. Alguns AVCBs foram vencidos e, por uma questão fundiária, não conseguiram ser regularizados o conjunto, porque aí eles teriam que andar por si só. Essa é uma situação que existe hoje. Estamos fazendo esses investimentos para regularizar esse AVCB. Com o AVCB expedido e a regularização, o conjunto tem que zelar pela manutenção, como qualquer prédio individual. **Sr. Florenzano** - Então, quer dizer que, quando as pessoas entraram, existia o AVCB? **Sr. Nilson** - Foi entregue em perfeitas condições. **Sr. Florenzano** - A cada cinco anos, tem que ser retirado de novo? **Sr. Nilson** - Isso. Nesse meio tempo, se não foi regularizado, tem que tirar novamente. É o caso que temos agora. A situação é essa. **Sr. Florenzano** - Porque, na verdade, é necessário ter a validade dos extintores, a ART do gás encaçado, ART sobre o revestimento, se não pode pegar fogo. Tem que ter também ART da elétrica, da iluminação de emergência, do sistema hidráulico, etc. **Sr. Nilson** - Todos esses empreendimentos têm projeto de Corpo de Bombeiros aprovado. Apenas estamos executando o que está aprovado no Corpo de Bombeiros. Todos esses procedimentos são de praxe de a COHAB fazer nessas obras. **Sr. Rosalvo** - Na verdade, iria fazer uma pergunta e, na sequência iria fazer um comentário. A pergunta, acho que já foi respondida. A pergunta era de quem é a propriedade desses empreendimentos, se é dos moradores ou da COHAB ainda ou da municipalidade. Temos um problema que é crônico e muito grave no processo. A CDHU também padece desse problema. Faz-se o conjunto, está bonito, entrega, faz festa, as pessoas vão morar e não se regulariza isso, por problemas fundiários, às vezes, e não da edificação em si. E aí o Estado fica com a obrigação de ficar fazendo manutenção indefinidamente. Às vezes, vinte anos depois de as famílias estarem morando, ainda é aqui, no Conselho, ainda no Fundo Municipal de Habitação, que se vai tirar dinheiro para fazer essas manutenções, quando na verdade, esse dinheiro deveria ser usado para fazer outras habitações, para outras pessoas que estão em situação difícil. E aí ficamos nesse problema. Vou dar um exemplo do Conjunto do Parque do Gato. A cada reunião tínhamos que aprovar liberação de dinheiro para arrumar os extintores. E isso era na casa dos milhões. Liberação de dinheiro para arrumar a parte elétrica, para pagar a água que as pessoas não haviam pago. A Sabesp estava para cortar. A água que a pessoa bebe, o banho que ela toma! Então, vamos criando uma situação absolutamente paternalista e isso não ajuda a resolver o problema da habitação. A nível de Governo do Estado, conseguimos uma postura de que não haverá início de obras se não tiver com a situação totalmente regularizada. Isso atrasa o processo um pouco. O número de unidades construídas acaba sendo menor. Entretanto, limpamos a pauta. Faz-se e constroem-se novos empreendimentos, a perguntar exatamente de quem era a propriedade. Mas, se não regularizou, segundo a lei, a responsabilidade continua sendo da COHAB e, caso esse volume de recursos, de dinheiro, não dê para fazer, a minha proposta é que trabalhe o orçamento do ano que vem, para tentarmos limpar a pauta desses problemas para, daqui para frente, realmente conseguir fazer habitações novas. Porque, senão, vamos ficar aqui gastando o pouco recurso que temos com famílias que estão há vinte anos morando, enquanto os outros continuam na rua. E estamos conhecendo a grande população, porque já se fala de população de rua em São Paulo. Não é nem morador de rua mais. Então, é importante otimizar o pouco recurso que existe. **Sra. Mariza** - Onde entra o recurso para a Casa Paulistana? É recurso do Fundo ou outro investimento? **Sra. Cristiane** - O que está em pauta hoje, que o Nilson está apresentando, trata-se da aplicação de recursos específicos do FMH, o Fundo Municipal de Habitação. Os recursos de aporte para o Programa Minha Casa Minha Vida, dentro do Programa Casa da Família, tem sido feito com outras fontes municipais, dentre as quais, recursos de FUNDURB, FMSAI e de Tesouro Municipal, de acordo com a disponibilidade. Então, não foram incluídos dentro do recurso do FMH. Por isso que aqui não aparecem. Na reunião passada, o assessor da Secretaria de Habitação, Toledo, fez uma apresentação bastante detalhada, inclusive, consignando quais eram os empreendimentos que estavam pré-aprovados para aplicação desse recurso e esse material está disponível no site do Conselho. Mas, havendo qualquer dúvida, necessidade de esclarecimento, toda a assessoria de SEHAB também está à disposição para esclarecer. **–Aprova-se o Item 2 da pauta e passa-se ao Item 3- Sr. Galdino** - O Projeto Colibri é uma associação em defesa das pessoas deficientes e com mobilidade reduzida. Fazemos um trabalho junto com o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Gostaríamos de saber as demandas que estão atrasadas da habitação para o deficiente e para a pessoa com mobilidade reduzida. Seria o deficiente intelectual e deficiente visual. Até onde temos conhecimento, a demanda está crescendo e primeiro andar, geralmente, sempre, seria para os cadeirantes; segundo andar seria para o deficiente visual e intelectual. Então, gostaríamos de saber como está a situação dessa demanda que temos acompanhado a entrega de alguns conjuntos e não vemos chamar deficientes. Temos conversado com o prefeito, temos acompanhado a acessibilidade pelas ruas, por aí, e está difícil a demanda. Gostaria de saber uma resposta. **Sr. Rosalvo** - O Projeto Colibri me procurou pedindo ajuda para discutir exatamente esse tema. E propus ao Sr. Galdino que viesse ao Conselho porque iríamos colocar, então, na pauta. Colocamos na pauta e depois retiramos na reunião anterior e colocamos novamente para esta reunião. E havíamos articulado que fariamos uma apresentação um pouco mais detalhada com a lei, com o processo todo, e perdemos o contato com o Sr. Galdino e não conseguimos aprofundar essa discussão. Mas, como conselheiro, estou propondo a discussão. Existe uma reserva legal e que conseguimos cumprir a lei. E aí muitos dos nossos projetos são feitos por associações, são contratos ou convênios que se fazem com associações. Então, as associações deveriam apresentar essa demanda. A minha proposta é exatamente isso: se eu tenho um projeto, uma associação com cem apartamentos, ela deveria se preocupar em cumprir essa demanda. Em ela não tendo em sua demanda as pessoas com mobilidade reduzida, como prevê a lei, que a COHAB tivesse condições de indicar a pessoa que pudesse ocupar ali, quem sabe até fazendo contato com o Conselho Municipal da Pessoa Deficiente, e que daí viria por esse Conselho. Ou a relação com as entidades, uma entidade pode ter contato com a outra. Por exemplo, o Movimento Terra de Deus Terra de Todos pode ter um contato com o pessoal do Projeto Colibri e compor a demanda. Se não conseguimos, poderia ficar a nível de instâncias de COHAB com o Conselho da Pessoa Deficiente e cumprir o que a legislação determina. **Sr. Marcelo** – A OAB solicitou, no final da gestão anterior e já foi deferido e implementada uma cadeira da OAB junto à Comissão Permanente de Acessibilidade para CPA. Então, a OAB tem sua comissão que trata das pessoas com deficiência, mas agora ela passou a integrar também a CPA. A minha sugestão seria, independente da participação da

OAB, mas nessa posição que o Rosalvo colocou das associações levarem os projetos, elas precisam entender o que são todos os direitos e deveres que a LBI, Lei Brasileira de Inclusão, determina com relação à acessibilidade. A CPA é um fórum ótimo para levar essa questão. Da parte da OAB, o Galdino e o Rosalvo já podem contar que podemos trabalhar em conjunto, seja dentro da CPA, seja no Conselho Municipal, enfim. Isso é fundamental. E só para aquelas pessoas que não estão diretamente atingidas, que não tem ninguém muito próximo com algum tipo de deficiência, vale aqui uma informação bastante interessante. Há um número assustador de pessoas com mobilidade reduzida no Brasil e mobilidade reduzida vai de cadeirante, deficiente visual, a obesos, recém-operados, gestantes e tudo mais. São 43 milhões de pessoas que vivem nessas situações. Em São Paulo são mais de 3 milhões de pessoas, são duas Curitiba que estão dentro de São Paulo e precisam ser atendidas com essa questão da mobilidade. Não me lembrava desse tema ter sido colocado aqui, no Conselho. Acho que passa a ser uma prioridade praticamente. **Sra. Ana Procópio** – Gostaria de propor que, em cada empreendimento que for construído, se deixe uma quota reservada para esses deficientes. Gostaria que este Conselho pensasse bem e que assinasse que cada empreendimento que fizesse deixasse pelo menos 10% dessas moradias para atender esses deficientes. **Sra. Verônica** - Nos nossos empreendimentos do Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo, os térreos, todos são para as pessoas deficientes e pessoas idosas. Só que é muito pouco. E em uma reunião com o Presidente da COHAB e o secretário, propus uma ideia, que talvez conseguisse resolver grande parte dessa população esquecida que fica na comunidade, no cortiço, e que não tem onde morar. Que todos os empreendimentos, seja por empreiteira, pelos movimentos, pela COHAB, do primeiro até o segundo andar, talvez até no terceiro andar – tem que ver com algum técnico se isso é possível – todos deveriam ser de Locação Social, de responsabilidade da COHAB. Por isso eu brigo pela Locação Social. É o único jeito de resolver o problema dessa população, porque há pessoas que vivem com LOAS. E o presidente está dizendo que vai caçar as LOAS também. Então, aí é mais gente na rua. Essa é minha proposta. Quero que seja discutida aqui, no Conselho. **Sr. João Bosco** - Hoje a Cidade de São Paulo tem o equivalente a Cidade do Recife só de idosos. E estamos dando pouca atenção ao idoso. Precisamos ter a consciência de aumentar essa quota. Hoje, na maioria dos contratos, são 3% para deficientes e 5% para idosos. **Sr. Rubens de Souza** - A demanda para habitação é sempre maior do que os recursos disponíveis. No entanto, vemos que todas as vias públicas estão cheias de entulho, de construção civil, e que não é reaproveitado. Em Minas Gerais, existe uma política bem implementada, no sentido de aproveitar esses resíduos sólidos que estão aí atravancando o meio ambiente e aplicar em construção. Dá até para aplicar em pavimentação. Há um processo em andamento, na Secretaria de Patrimônio, desde 2006, para liberar uma área na Zona Leste e até agora está emperrado na burocracia. Gostaria que o Conselho se voltasse para diminuir o custo dessas obras que são gigantescas e o recurso é pouco e há muito material desperdiçado por aqui. **Sr. Gilmar** - Temos que trazer isso para dentro, discutir, porque o Poder Público tem que cada dia mais se aproximar das pessoas que mais precisam. Então, temos essa função. E a função deste Conselho é justamente trabalhar as políticas públicas, tudo dentro de uma razoabilidade. Temos que avaliar muito bem tudo que está sendo colocado. Todos sabem das dificuldades que são. Há uma legislação pertinente que rege a respeito do tema. **Sra. Cristiane** - Todos que aqui estamos, seja de Sociedade Civil, de Poder Público, somos extremamente sensíveis às vulnerabilidades também e às dificuldades de atendimento à população com deficiência e aos idosos. Só cabe ressaltar que existem legislações específicas que já fixaram os percentuais. Para que fique claro, tanto a SEHAB quanto a COHAB têm cumprido o que está disposto na lei. A maior parte da produção habitacional que tem sido feita no momento atual é relacionada a programas específicos de financiamento, como o Minha Casa Minha Vida ainda tem alguns projetos, o PAC ou as Operações Urbanas, que também têm suas regras próprias. E o esforço é conjunto de SEHAB e COHAB no cumprimento dessa legislação. O que eventualmente pode ser feito como encaminhamento é que a SEHAB e a COHAB, em conjunto, preparem para uma próxima reunião a reapresentação dos critérios já aprovados por este Conselho em gestões anteriores e que estão vigentes na quota de atendimento para deficientes e para idosos. E, além de apresentar o que está vigente pelo Conselho, apresentar também o que cada um dos programas de financiamento específico estabeleceu. E, se houver necessidade, se encaminha, nessa apresentação, uma dinâmica para revisão e contribuições no debate desses critérios. Porque, senão, acabamos colocando aqui sem os dados específicos. Mas uma coisa que é certa é que todas as unidades entregues têm essa preocupação, inclusive, alguns programas já exigem que todas as unidades, independente de que andar estejam, sejam 100% adaptáveis. Então, com a tipologia de desenho universal, tudo isso. Então, o município tem estado sim ativo nessa luta, nessa conquista, mas podemos esclarecer melhor os critérios, em conjunto, os entes promotores. E aí se abre para eventuais contribuições. **Sr. Gilmar** - É interessante que COHAB e SEHAB re-presentem aos senhores e às senhoras justamente o que está em pauta, o que estamos entregando, percentual, quantas unidades, para que tenhamos um ponto de partida, um parâmetro, para que aí sim comecemos a fazer essa discussão, esses encaminhamentos. Então, já sugiro colocar essa questão como pauta para a próxima reunião. **Sr. Rosalvo** -Acho que é muito bom que a SEHAB e a COHAB façam isso com a qualidade técnica que têm para nos apresentar. Os conjuntos que a COHAB produz para vender, para comercializar e tudo mais, não sei dizer. É certo que têm a acessibilidade, principalmente, os Programas Minha Casa Minha Vida e na CDHU também. Entretanto, os apartamentos são todos acessíveis, mas o cadeirante não está ali. Concretamente, estou falando de empreendimentos que os movimentos populares fazem, do meu movimento. Não exijo que meu movimento apresente aquelas famílias ali, cumprindo essa lei. Pelo menos, até agora não foi assim. Não posso dizer na COHAB porque faz tempo que não produzimos na COHAB. Mas pedi a palavra para dizer que aqui, na página 14 desse documento, há aqui R\$25 milhões para pagamento de desapropriação, e aí há prioridade 1, prioridade 2. Imagino que não seja uma fila. Prioridade 1 é mais prioridade do que a prioridade 2. Segundo, aqui está Forte do Rio Branco 3. Esse empreendimento é uma área e tem três associações. Estou aqui imaginando que é Forte do Rio Branco 1, Forte do Rio Branco 2 e Forte do Rio Branco 3, que é um terreno só. Não sei em que momento vamos discutir aqui. Isso não foi colocado aqui. Falou-se dos R\$11 milhões e não falamos desses R\$25 milhões que aqui estão. **Sra. Juliana** - Referente ao Forte do Rio Branco 1 e 3, o Forte do Rio Branco 1 tem três entidades. O Forte do Rio Branco 3 tem mais três entidades. Esses R\$25 milhões vão ser para complementação dessas seis entidades. Só que estamos desapropriando o Forte do Rio Branco 1 em uma desapropriação só. Então, vamos pagar a complementação do Forte do Rio Branco 1 e também a complementação do Forte do Rio Branco 3, que o total dá R\$25 milhões, que seria com o saldo do FUNDURB de 2016. **Sr. Rosalvo** - Gostaria que aqui estivesse escrito isso, para depois termos condições de cobrar. Aqui está 3. **Sra. Juliana** -Está 3 porque, na realidade, é o terreno inteiro do Forte do Rio Branco 3, que vai ser desapropriado, que contempla três entidades. E há um outro, que é o Forte do Rio Branco 1. **Sr. Rosalvo** - Forte do Rio Branco 1 são três entidades? **Sra. Julia-**

**na** - Isso. E o Forte do Rio Branco 3 mais três entidades. **Sr. Rosalvo** - E o Forte do Rio Branco 2? **Sra. Juliana** - O 2 já foi pago, já está em nome da COHAB, já está com projeto aprovado. **Sr. Gilmar** - Então, estamos falando do 1 e do 3, certo? **Sra. Juliana** - Que é do FDS. Forte do Rio Branco 2 é do FAR. (Em não havendo mais nenhum dos presentes para fazer uso da palavra, o Sr. Gilmar propõe uma inversão de pauta, para que o Item 5 seja o próximo item a ser apreciado **Sra. Ana Maria** - No dia 26 de outubro, temos a próxima reunião do Conselho. A solicitação de voto é até o dia 10 de outubro. A próxima reunião da Executiva, a reunião ordinária, será no dia 26 de setembro. E solicitações de voto até dia 6 de setembro. Extraordinariamente, o Presidente do Conselho convocou para uma reunião, na próxima terça-feira. **Sr. Gilmar** - Temos, na verdade, o tema a respeito das pessoas com deficiência, sobre COHAB e SEHAB, para falar sobre o tema. Há sugestões de outros temas? Podemos colher isso agora. E vamos definindo. Sendo que os senhores e senhoras podem participar, até o dia 10, trazendo essas sugestões para a próxima pauta. **Sr. Rosalvo** - O Ministério das Cidades fez e acabou desenquadrando – e foi esse o termo que eles usaram, não entendo bem por que é esse o termo – mas desenquadrando uma grande quantidade de associações que ganharam, que venceram no chamamento da prefeitura. A prefeitura gastou dinheiro desapropriando terrenos; alguns até doou, fez a escritura de doação para a associação. E agora a associação foi desenquadrada no Ministério das Cidades. Portanto, não terá condições de fazer ali a construção com verba do FDS. Hoje, no 64º Fórum, a Henriqueta disse que não haverá novo chamamento para o ano que vem. Então, em 2018, não haverá nova licitação para as associações se habilitarem. E vemos na cidade sendo produzidas as habitações das chamadas PPPs. Das PPPs, algumas entidades lá, na CDHU e Secretaria Estadual de Habitação, houve um processo que houve uma licitação. Então, temos lá 18 entidades que estão habilitadas e cada uma pega lá uma pequena fatia. E o grande, o grosso daquilo ali é mercado popular, tratativas diretas com a construtora e com a Caixa Econômica Federal e o Conselho fica aqui meio que assistindo. Como isso não é do FDS, o Conselho de Habitação tem responsabilidade não só em habitações feitas com o Fundo Municipal de Habitação, mas de toda habitação que é produzida na Cidade de São Paulo. E gostaríamos de ver essa discussão, por onde ficamos essa discussão, porque há critérios para isso. A prefeitura também tem condições de indicar demanda para lá e gostaríamos de participar desse processo. Se não for o caso de colocarmos na pauta já da próxima reunião, que pelo menos fique aqui, em stand by, para que possamos entrar na próxima discussão, para ter condições de realmente interferir nesse processo. **Sr. Gilmar** - Vamos colher todas as sugestões que os senhores estão nos passando agora. Não vai ser agora que vamos definir. **Sra. Verônica** - Na reunião passada do Conselho eu já havia questionado essa questão dos terrenos da COHAB, das licitações, e foi aprovado na pauta hoje. Então, tem que entrar em discussão aqui, no Conselho. Já foi aprovado. Está na ata. Várias entidades foram desenquadradas. E como fica essa questão dos terrenos da COHAB que ganhamos a licitação? **Sr. Gilmar** - Não consigo colocar em pauta esse assunto, mas, como a Verônica já havia feito esse pedido de pauta anteriormente, nos comprometemos a falar a respeito desse tema na próxima reunião. **Sra. Verônica** - Quero que esteja na pauta da próxima reunião. **Sr. Fernando Cucre** - Estou vindo por um acaso de uma reunião que aconteceu agora do Fórum Nacional dos Secretários e Presidentes de COHAB e estava lá a Henriqueta. E um dos assuntos que a questionamos foi justamente com relação ao enquadramento dos empreendimentos, especialmente, os empreendimentos que estão em terreno público, que é uma preocupação nossa, que é exatamente a mesma que a sua: o que fazer com relação a esse número? Alguém me corrige se eu estiver errado, mas, só de terreno público aqui apresentamos 14 mil unidades habitacionais para o Ministério. Então, qual foi o entendimento dela? Primeiro que a Secretaria de Habitação do Município e a COHAB mandaram ofício, que acho que todos tiveram conhecimento, que acabou tendo uma resposta parcialmente favorável. Grande parte dos empreendimentos, quatro mil unidades foram enquadradas, do total que solicitamos excepcionalidade dos critérios de atendimento da Fase 3 do Minha Casa Minha Vida. Hoje, o assunto principal, que foi tema lá, era o futuro, quais as perspectivas do Minha Casa Minha Vida, se pensarmos nessa situação toda econômica que estamos vivendo e se pegarmos o histórico, que especialmente o Faixa 1 nos últimos dois anos houve uma redução significativa e importante do número de unidades financiadas. Então, a primeira pergunta que estávamos fazendo: esse ano vai vir o resto das unidades? Estava lá o Nelson, que é o vice-presidente de habitação da Caixa e a Henriqueta. Eles estão prorrogando o prazo, acho que é pela quarta vez. Eles tinham um compromisso de na segunda quinzena de agosto soltar a lista dos empreendimentos de FDS, que é uma outra coisa que não sabemos nem quantos serão selecionados de fato para o Município de São Paulo, para o Estado de São Paulo, nessas trinta e cinco mil previstas para o país, que há de FDS. A segunda coisa que eles estavam nos dizendo, claramente, hoje, é eles vão fazer essa seleção de rural e urbano até o final de setembro; segunda quinzena de setembro eles vão fazer essa seleção. Acho que poderíamos esperar essa seleção, que será em setembro, vai haver lá mil, duas mil, três mil, ninguém sabe quantas vão ser, por conta dos tais critérios que foram estabelecidos. A partir dessa seleção, identificamos e dizemos: “Esses aqui não foram selecionados, esse aqui, o chamamento vence em dezembro 2017, esse vence em 2018, esse vence em 2019”. E fazemos uma análise caso a caso porque há outras formas de financiamento que estamos tentando buscar aqui, pela secretaria, tanto financiamento internacional; a própria PPP da habitação que vamos trazer para os senhores agora, em uma próxima reunião; a apresentação de como está sendo estruturada a PPP do município que foi aprovada há uma semana no Conselho das PPPs, que foi instituído e que são vários secretários, que é coordenado pelo Wilson Poit, que é da Secretaria de Parcerias. E aí vamos discutindo quais caminhos existem. Por exemplo, ultimamente, fui visitar uma série de movimentos que as famílias têm capacidade de contribuição e que poderíamos enquadrar no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida). Vários dos senhores, inclusive, me procuraram aqui para saber, se entrarem em um Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida), podem entrar no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida)? é um caminho que tentamos enquadrar o empreendimento no Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida), para tentar buscar financiamento também para esse empreendimento. Há algumas coisas da lei nova, que há uma MP que está sendo discutida de Locação Social. Locação Social é um caminho para financiar, se for necessário migrar empreendimento para Locação Social, para atendimento das famílias que está lá? É um caminho? Pode ser um caminho também. Então, acho que seria mais produtivo esperarmos essa seleção e depois dessa seleção fazemos um mapa aqui do que sobrou, do que tem comprometimento, do que tem chamamento, e começamos a discutir outras opções de financiamento. Temos essa preocupação. Se pensarmos pelo lado da prefeitura, são vários terrenos que estão comprometidos; foi investido recurso público na aquisição desses terrenos e não temos perspectiva de financiamento, se for pelo FDS no curto prazo. Se os senhores concordarem, acho que é uma proposta mais objetiva, senão, vamos ficar aqui falando de várias coisas, sem ter consequência, sem ter objetividade. **Sra. Verônica** - Mas existe o prazo. No final do ano em

diante, começam a vencer quase todos os empreendimentos. **Sr. Fernando Chucre** - Então, podemos, se os senhores concordarem com essa minha tese, em setembro, até lá faremos aqui um mapeamento, uma planilha, mostrando todos que estão vencendo. Podemos separar por trimestre. E tentamos dar foco ao trimestre que está vencendo, no que está vencendo primeiro para poder não haver nenhuma perda dos compromissos que foram firmados anteriormente. Acho que é um caminho mais objetivo para darmos solução a esses casos. **Sra. Nilda** - A minha pergunta e sugestão vai na mesma direção dos outros conselheiros que já colocam a questão da nossa preocupação com os empreendimentos, em especial, os empreendimentos em áreas públicas, empreendimentos que foram aqui fruto da luta que fizemos aqui, no CMH, para conseguir fazer um chamamento público. Todos os movimentos participaram de forma democrática, de forma participativa. E tivemos um bom resultado na questão da seleção das entidades, da participação dos movimentos de moradia. E temos que antecipar a pauta sim. A nossa sugestão aqui é que na próxima reunião do CMH discutamos qual vai ser o critério para construirmos nessas áreas públicas. Inclusive, nós, do MOHAB, já temos procurado a Caixa, falamos com o Fernando Cera, já procuramos a Secretaria do Estado. Já conversamos aqui também. E estamos discutindo com todos os conselheiros porque a nossa preocupação é: 35 mil unidades habitacionais para atender o Brasil? Que tipo de projeto de habitação estamos discutindo de 35 mil unidades? A discussão é para ontem. No nosso caso aqui, as entidades que assessoramos, não houve nenhum empreendimento. Todos já devolveram dizendo que não estão enquadrados. Porque o Ministério das Cidades, para ele justificar que não tem recurso, desequilibra os empreendimentos, procurando critérios que não existem. É melhor dizer logo que não tem recursos porque já sabemos que não tem recursos. Então, nossa discussão aqui é: queremos discutir a situação de famílias que estão há quinze, vinte anos em áreas públicas, áreas que foram de antigos mutirões, qual vai ser o destino dessas famílias. E aí considerando que Faixa 1,5 não atende essas famílias. Atende 30% da demanda e já é demais se conseguirmos atender 30% da demanda hoje. O que fazemos com os idosos? Muita gente tem aqui em suas demandas bastantes pessoas idosas. Como atender essas famílias que são organizadas prioritariamente pelos movimentos de moradia, que é um trabalho que fazemos hoje na ausência do Poder Público? Então, já que temos esse desafio, queremos construir esse subsídio, esse programa, já que não temos, infelizmente, o apoio do Governo Federal para poder atender essas famílias. E queremos o compromisso, a responsabilidade, do Prefeito de São Paulo, João Doria, e queremos o compromisso do Governo do Estado, do Geraldo Alckmin, para atender às necessidades dessas famílias que são de responsabilidade do Estado, do governo municipal, já que sabemos que de Brasília não vem nada de recursos. Queria fazer essa sugestão, para que na próxima reunião discutíssemos qual vai ser o futuro e dos empreendimentos de HIS para atender a essa demanda. **Sr. Fernando Chucre** - Estamos falando de, daqui um mês, menos de um mês, termos condições de fazer a discussão. Não há problema. Só não é produtivo discutir esse assunto hoje, sem as informações, sem termos dados mais concretos para poder tomar algum tipo de decisão. Mas, na próxima reunião, não há problema algum. **Sra. Marisete** - Queria colocar como proposta para a próxima pauta a questão dos terrenos que as entidades foram selecionadas, e esses terrenos encontram-se em processo de desapropriação. Como vai desapropriar esses terrenos para realmente efetivar a transferência para a entidade? E outra coisa que queria também levantar aqui é que, infelizmente, o Jurídico perdeu o prazo de contratação da empresa que está fazendo a descontaminação da Rua dos Cônegos, da Barra Funda. Precisamos retomar isso porque não podemos parar esse processo de descontaminação até mesmo porque não podemos entrar na área por conta da contaminação e está correndo grande risco de ocupação nessa área. Estamos lá tomando conta, mas precisamos que se dê continuidade a essa descontaminação. **Sr. Juliana** - O Cônego, está sendo feito à parte, sem ser por ata. Parou para ver se dava para aproveitar a contratação nessa ata que estava vencendo. Como não deu o prazo, estamos fazendo à parte a contratação. **Sr. Fernando Chucre** – Então, na próxima reunião, tragam aqui uma notinha técnica dizendo contrato, não contratou, por que contratou, se está aguardando ata, só para ficar registrado na ata também. E só uma questão com relação aos terrenos que a Marisete está dizendo. Fui muito claro naquelas reuniões que fizemos preparatórias, com relação ao FDS e com relação à estratégia que adotamos, de não ficarmos desapropriando os terrenos sem ter compromisso de financiamento. Tanto que eu disse muito claramente para vários movimentos que têm terrenos, que apresentaram projetos no FDS e que têm o DIS ou o DUP, o Decreto de Desapropriação, e que não tinha sido pago. Havendo seleção, pagamos imediatamente o terreno para poder não perder as unidades, essa possibilidade de financiamento. Não havendo essa perspectiva, não há por que, com a quantidade de obras paradas que temos, com a quantidade de outros compromissos que temos, ficar comprando mais e mais e mais terrenos indiscriminadamente. **Sr. Rosalvo** - No chamamento as entidades foram selecionadas. E aquelas que foram selecionadas, era em função dos terrenos que a COHAB havia desapropriado, que a secretaria havia desapropriado, e outros estavam nesse processo de desapropriação. O que eu queria colocar aqui é que temos, por exemplo, uma associação que venceu o chamamento para a área X. Aí, depois, uma outra associação entrou com recurso aqui, na Comissão de Licitação, e acabou ganhando aquela área ali. E a COHAB pegou e mudou essa área de lugar e ali ela fez um DIS nessa nova área. E aí não pagou ainda, está em processo de desapropriação. Não há sentido em ficar comprando terrenos, enquanto não temos financiamento e, se houver pelo FDS, há problema, inclusive, porque o primeiro chamamento atrela ao FDS. Mas vamos fazer uma discussão da possibilidade de ir para o Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida) e tudo mais e que essas áreas pudessem ir para um Faixa 1,5 salários mínimos (Programa Minha Casa Minha Vida) e que não ficassem simplesmente riscadas do processo; que possamos colocar em uma outra modalidade de financiamento e não ficar só esperando o FDS. **Sr. Fernando Chucre** - Podemos depois analisar isso com calma e fazer essa discussão, que vai envolver Jurídico. É uma discussão um pouco mais técnica. Talvez fazer primeiro a discussão e trazer a posição para o Conselho na sequência. **Sr. Gilmar** - Já está colocado em ata que na próxima reunião discutiremos. Passamos ao **Item 4**. (O Sr. Filipe Sabará faz a apresentação do Item 4) **Sr. Filipe** - Nossas secretarias trabalham bastante em conjunto, as duas secretarias, de Assistência Social e Habitação. E a população de rua é um dos muitos assuntos da nossa Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Mas um assunto muito importante. Criamos no começo do ano um conceito que, na verdade, segue a política nacional da assistência social, que é trabalhar a garantia dos direitos da população de rua, visando a porta de entrada nos serviços e porta de saída nos serviços. Sabemos que a questão orçamentária é um grande desafio para todas as secretarias. Os senhores têm enfrentado a mesma situação aqui e não é diferente nas outras pastas, incluindo assistência social. E, em um momento de crise financeira, a assistência social se torna na maioria das vezes a opção para a população em maior vulnerabilidade. E a população de rua é um tema muito importante, como eu disse. E criamos a Jornada da Autonomia, que vem sendo nomeada pelo prefeito agora como o Programa Vida Nova, que na verdade é um nome fantasia para a política da

assistência social que acontece, porém, como assumimos uma gestão com um problema grave social nessa área, temos bastante foco. E o prefeito tem falado muito sobre a política de assistência social para a situação de rua. Acabei de sair de um compromisso com o próprio prefeito, com empresários. E na busca por recursos financeiros e também parcerias, justamente para aumentar o potencial de assistência para essa população. E a Jornada da Autonomia ou o Programa Vida Nova, que foi montado, visa justamente isso. Então, sabemos que a população em situação de rua começa a ser atendida pela abordagem de rua, o chamado SEAS, que é o serviço que faz essa abordagem de assistência a essa população. O SEAS 1, 2, 3 e 4. A partir dessa abordagem, fazemos o encaminhamento para centros de acolhida. Durante essa abordagem, ocorre também uma série de ofertas de serviços na garantia de direitos, como retirada de documentos, como a parte da saúde. Temos um trabalho bastante parceiro com a própria Secretaria de Saúde, com o consultório na rua, e a partir daí começamos o trabalho. Os centros de acolhida, definimos em três categorias, que são nomes fantasias. Mas o centro de acolhida é denominado também como outras tipificações, como Família em Foco, Autonomia em Foco e os CTAs, que os senhores viram na imprensa, que nada mais são do que centros de acolhida, que lançamos este ano, em curto espaço de tempo, com investimentos privados, já que não temos o recurso para a construção de novos centros de acolhida. E, após a construção, eles são conveniados com entidades credenciadas no COMAS, Conselho Municipal de Assistência Social, que fazem esse trabalho de atendimento ou via núcleos de convivência, espaços de convivência, ou via centros de acolhida e os 16h e os 24h. Os Espaços Vida, na verdade, são as reformas que estamos fazendo nesses centros de acolhida. Muitos estavam em situação muito precária, com necessidade de reformas. Muitas reformas já foram feitas, pinturas. O principal deles foi o próprio Complexo Prates, que assumimos a gestão com um dos prédios que estava afundando, inclusive, ele cedeu. E as pessoas que estavam vivendo ali tiveram que ser remanejadas para uma quadra, que é um absurdo. E, em curto espaço de tempo, com a ajuda do setor privado, reformamos esse prédio que já está pronto e as pessoas estão voltando da quadra para lá. Esse foi o primeiro Espaço Vida, ou seja, uma requalificação estrutural de um centro de acolhida já existente em São Paulo. Já foram abertos três CTAs, todos eles com investimento privado e posteriormente conveniados com verba que veio do Estado e do Governo Federal, especificamente para a proteção especial da população de rua, o que não envolve os outros serviços da secretaria já existentes, nem no orçamento e nem na atividade. Após o CTA e acolhimento, lançamos o Programa Trabalho Novo, que visa justamente cumprir o que a política da assistência social prevê, que é a promoção de autonomia e renda, ou seja, a emancipação do indivíduo, para que ele possa ser dono de si mesmo e para que isso seja uma porta de saída também para o serviço, para que não seja uma perenização da utilização desse indivíduo no serviço. E no Trabalho Novo, estamos com números muito bons. Já passamos de 1.100 empregados por empresas do setor privado, como McDonald’s, Riachuelo, Vivenda do Camarão, Droga Raia, Coco Bambu, Grupo Pão de Açúcar. São empresas que ofereceram emprego para a população de rua, sem contrapartida alguma. Não estamos recebendo nada por isso, não estamos ganhando nada por isso. Simplesmente, por serem empresas que querem ser mais cidadãs e empregar essa população vulnerável que precisa de autonomia e renda. Então, o Trabalho Novo é um dos programas lançados esse ano que justamente está fazendo cumprir o que a política do SUAS já prega, que é a autonomia e renda, ou seja, porta de saída do serviço para essa população. E aí, mais para frente, o que chamamos de moradia social, infelizmente, não temos o recurso para mais repúblicas. Isso seria em parceria com a Habitação. Isso irá ficar para um outro momento. Mas está aí como prega a própria política da assistência social, que é essa autonomia da própria população de rua. E um dos públicos atendidos na população de rua são os dependentes químicos, como todos sabem, que muitos estão em cenas de uso aberto, como era na própria Cracolândia ou outros locais da cidade. A população de rua, sabemos, pela pesquisa feita na FIPE em 2015, que mais de 80% faz uso de álcool e droga para sobreviver nessas situações que são bastante complicadas de se viver na rua. Temos frio, chuva, rato, sujeira, violência, enfim, uma série de fatores que muitas pessoas acabam utilizando a droga como consequência e não como causa. Sabemos que a grande causa da dependência química para a população de rua não é essa. É muito mais uma questão de falta de assistência e garantia de direitos. Por causa dessa situação que estava acontecendo na Cracolândia, e nada vinha sendo feito, porque o Programa De Braços Abertos, por mais que tenha seus benefícios e méritos, o Programa de Redução de Danos é efetivo, tem seu valor, mas não vinha conseguindo resolver o problema da Cracolândia. Então, criamos o programa de intervenção policial do Estado, os ATENDES, que são três serviços de extrema qualidade, tipificados também na política de assistência social, como centros de acolhida e núcleos de convivência. São três que recebem essa população com banho, alimento, dormitório, área de convivência, terapias, enfim, tudo aquilo que o SUAS prega, que é justamente a garantia e a porta de entrada para o serviço da assistência social. Claro que tudo isso feito em parceria com a Secretaria da Saúde, com a necessidade de interações, não compulsórias, obviamente. Muitas pessoas vêm sendo tratadas pela saúde também. É um trabalho que tem sido efetivo. Cada vez mais a população de rua, dependente química, está aderindo aos ATENDES. Temos uma média grande de utilização, tanto na área de dormitórios, quanto na área de alimentos, banho e todos os serviços também de terapias oferecidos na região. Os ATENDES são uma resposta para essa população de rua, dependente química, na Região da Luz. Temos mais fotos do ATENDE. Aqui mostramos a adesão à utilização. Aí até a data do dia 22. Hoje é dia 24. Então, de 8 de julho, que foi quando abrimos o ATENDE 1, o atendimento diário tem uma média de 705 pessoas. No ATENDE 2, aberto em 29 de junho, conseguimos já atender diariamente 630 pessoas em média. E, no ATENDE 3, 587 pessoas em média. Lembrando que o ATENDE 2 é justamente na própria Praça Cleveland, onde hoje encontra-se a cena aberta de uso, com pessoas dependentes químicas, utilizando crack ao lado do ATENDE. É ali que eles têm seu atendimento. Anteriormente, isso era feito pela prefeitura na Tenda, na Rua Helvétia, e não oferecia banho, não oferecia alimento, não oferecia tudo que está sendo oferecido agora. Então, um serviço de altíssima qualidade, todo ele foi aportado também pela iniciativa privada. Apenas na hora do convênio que existe um dispêndio público. Também com garantia de verba vinda de fora de São Paulo. Não utilizamos o orçamento municipal. Aí a inauguração. Temos a participação de algumas bandas que vêm. No caso isso é uma orquestra de um projeto social que participou conosco e tem participado na área de música. As oficinas também artísticas para a população ali, na Região da Luz. Esse é o ATENDE 2. Bem ao lado da cena de uso aberto, na Praça Cleveland, Praça Júlio Prestes. Temos também o Programa Lutar Para Vencer, que ocorre tanto nos ATENDES, quanto também as pessoas são levadas para o centro de acolhida para a prática da arte marcial, como também uma porta de saída da droga. Tudo isso ocorre nesses serviços. Os três têm cabeleireiro. Com voluntariado e também contratados que vieram da própria Cracolândia. Temos esses funcionários que foram recuperados e que cortam o cabelo das pessoas que estão sendo atendidas nos ATENDES, que tem aumentado a autoestima. Claro que não resolve o problema. Mas aumenta a autoestima e faz com que a adesão ao programa seja mais efetiva.

Vou mostrar um pouco dos CTAs. Esse é o primeiro CTA que foi lançado na Alcântara Machado, altíssima qualidade. Mulheres e homens. Com canil, área para carroça, necessidades que eram cobradas. Dos três CTAs, dois têm canil e espaço para carroça. Aí o CTA Aricanduva. E o CTA Vila Mariana, que foi o último recém-aberto. Lembrando que, até o final do ano, são 15 CTAs que vão ser doados pela iniciativa privada. Esse é o CTA Prates que eu comentei, que é o prédio que cedeu no solo, por causa de um problema de esgoto, e as 130 pessoas que viviam lá tiveram que ir para uma quadra, em condições não adequadas. E agora reformamos, com doação de uma empresa do setor privado, e ele está novinho em folha, como pode ser visto aí, com jardim inclusive. Maravilhoso. Um pouco mais do CTA Prates. E um pouco do Trabalho Novo. Dos 1171 que foram empregados, temos grande parte no McDonald’s. São 60 deles no McDonald’s. O McDonald’s já ofereceu mais 100 vagas. Então, muitas pessoas já aderiam ao programa no McDonald’s. Tem sido um sucesso tanto para a empresa McDonald’s, que tem visto grande diferença nos próprios colaboradores da empresa, com exemplo dessas pessoas que estão empregadas. Então, cumprindo o que o SUAS prega, que é justamente autonomia e renda, porta de saída dos serviços. Aí a questão das 10 mil vagas que já foram levantadas pelo setor privado. Essa apresentação não está atualizada. Hoje, ao invés de 1144, já são 1171 empregados. Somente 117 desligados, que voltam para o programa para tentativa de outros empregos. Das 223 empresas que disponibilizaram vaga, 69 já empregaram. E aí temos 1144 pessoas que já participaram de uma qualificação socioemocional, que estão sendo encaminhadas para o trabalho. E agora, com a entrada da nova secretária, Aline Cardoso, do trabalho, ela também aderiu ao programa. Então, a Secretaria do Trabalho vai reforçar esse programa, que inclusive tem um convênio com a Secretaria do Trabalho, através do que já vem sendo feito. Dos ATENDES, já são 11 pessoas que são do próprio Trabalho Novo que trabalham no ATENDE, que são três equipamentos que servem a população de rua da Região Luz, dependentes químicos. São 11 pessoas que são pessoas em situação de rua, que foram contratadas. E 31 pessoas que foram formadas lá, que vão ser empregadas em breve, que vieram da própria Cracolândia também. Aí pessoas com deficiências. Foram formadas 64 pessoas; 9 pessoas já foram contratadas com deficiência e 5 pessoas já estão em processo de contratação. Ou seja, são 14 pessoas. E uma delas foi desligada, apenas. Esse é o programa para a população de rua que na verdade segue exatamente o que a política da assistência social deveria fazer. Na verdade, já vem fazendo. Mas a ideia é que aprimoremos essa quebra desse paradigma de não se utilizar do setor privado como parceiro. Isso está acontecendo. E a maior prova disso são os empregos em empresas privadas que têm oferecido esses trabalhos e têm beneficiado muita gente. Imaginem 1171 vidas que estavam totalmente desenganadas, perdidas, nas ruas, e, com o processo de acolhimento, como política pública e, depois, o encaminhamento para autonomia e renda, essas pessoas renovaram sua vida. Tenho uma informação que recebi ontem de que 80 dessas pessoas que foram empregadas já alugaram seu próprio quarto e já estão morando fora de centros de acolhida. Isso é uma vitória enorme: 80 vidas que estão já em própria autonomia. Então, é mais ou menos isso que vimos fazendo nesses últimos oito meses, quase nove, para a população em situação de rua. Tem muitas outras coisas que fizemos que não estão aí, mas essas são as principais. **Sra. Verônica** - Quero lembrar que na ata que foi aprovada hoje eu também havia pedido que fizesse um debate aqui. **Sr. Gilmar** - Verdade. Fica registrado em ata. **Sra. Verônica** - Porque isso que o secretário mostrou, se realmente o prefeito está fazendo, secretário, é plausível. Mas pergunto: a pessoa ganha um salário mínimo e vai pagar aluguel de R\$500 reais no centro, no mínimo, em um quarto. Quando acha por R\$500. Porque um aluguel hoje, em um cortiço, está muito caro. O que ele vai comer? E a água? E a luz? Então, essa minha discussão, que quero discutir na próxima reunião do Conselho. Já que a iniciativa privada está ajudando a acolher as pessoas de rua, o Secretário de Habitação tem que acolher a construção de unidades, sejam privadas, seja do jeito que for, para a Locação Social. Até o terceiro andar dos edifícios, que seja. Hoje está a OAB aqui, um promotor. Ajudem-nos a escrever isso. Porque eu já fiquei na terceira idade brigando por isso. Já vi muitas pessoas deficientes que estão na entidade morrerem sem podermos atender. E a prefeitura não ter como atender. Por isso pedi essa discussão aqui. Então, habitação não é responsabilidade de assistência social. É da Secretaria de Habitação. **Sr. Fernando Chucre** – A prefeitura está trabalhando no projeto de Locação Social. Não só está trabalhando em parceria inclusive com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, do Filipe Sabará. Conseguimos agora, na última visita do ministro aqui, R\$50 milhões para a reforma de alguns edifícios para começar um dos subprogramas de Locação Social. Hoje não é dia de ficarmos dando muito detalhe, mas para lembrarmos o que está sendo feito. Primeiro: junto com o Ministério das Cidades, escrevemos uma MP que está para sair agora, no mês de setembro. A promessa hoje da Henriqueta foi que em setembro sai uma MP que vai instituir formalmente o Programa de Locação Social. Estamos esperando essa MP. Existem alguns recursos. Esse que conseguimos de R\$50 milhões foi do FNHIS, que era o único local da política habitacional do Governo Federal que diz claramente lá que há uma linha que fala a respeito de investimentos em projetos de Locação Social. Então, fomos lá junto com o Filipe, fizemos uma pressão no Ministério, e eles liberaram o primeiro recurso para esse programa. R\$50 milhões. Esse recurso será utilizado em cinco edifícios e dois terrenos para recuperação. Parte dessas vagas vão ser destinadas a esse programa que o Filipe está cuidando, que é o terceiro estágio de abrigamento, que ele mostrou naquele gráfico, que é o último estágio antes de a pessoa ter autonomia. Primeiro ele está em um sistema que é gerenciado pela SMADS, que é esse último estágio de abrigamento. Quando ele consegue autonomia, emprego, ele está livre lá eventualmente de algum problema de dependência, ele pode migrar para outro programa que é de Locação Social. O Locação Social, falamos sempre disso, das 33 mil famílias que há aqui no município, que pagamos R\$400 por mês, que é um público preferencial. Por isso a ideia da prefeitura, então, respondendo à pergunta da Verônica, dos R\$500 em um quarto, a prefeitura faria aporte nesses edifícios que são públicos e também edifícios privados, que serão contratados através de chamamentos; fariamos o aporte dos R\$400 e a família só teria que pagar a diferença e a diferença não será fixa. A nossa tese é que será proporcional à renda da família com todo mundo já conhece aqui, na política habitacional, que é de 15% a 20% da renda dessa família. Estamos discutindo com o Ministério das Cidades que envolve a questão do subsídio, vários outros detalhes, mas a tese é essa: o Programa de Locação Social. Sai a MP do Governo Federal. No dia seguinte, vamos anunciar o programa aqui do município de Locação Social e por onde começamos. Isso é assunto também que iremos trazer a uma reunião do Conselho assim que sair a parte da MP. São dois assuntos que temos para trazer aos senhores: de Locação Social e da PPP. **Sr. Luiz Kohara** – A população de rua é a população mais violentada que temos no Brasil, indiscutivelmente. É de suma importância o que está apresentado. Mas, especificamente, a nossa discussão aqui é sobre a questão da habitação. O secretário já adiantou algumas partes, mas o importante é vermos que essa pauta da habitação tem que ser da Secretaria de Habitação. Primeiro, só para ver, historicamente, a favela não era um problema da habitação. Era um problema da assistência. E, enquanto era questão da assistência, não era discutida como

um problema habitacional e discutida no enfoque da habitação. A mesma coisa, durante muito tempo, cortiço era um problema da assistência, da água, vários outros problemas. Não eram vistos como questões da habitação. E a população em situação de rua, hoje, não só no Brasil inteiro tem essa discussão. Acabei de vir de Natal, estive em Fortaleza, vamos estar em Curitiba, discutindo habitação para população em situação de rua. Por quê? Porque a habitação é que estrutura. Mesmo nesse caminho que foi apresentado aqui, vários países já fizeram essa discussão, e verificaram que a efetividade primeiro tem que ser habitação, que é o House First, por quê? Na medida em que se estrutura as condições de vida das pessoas, elas podem, inclusive, se estruturarem melhor no trabalho. Então, depois de muitas experiências, se avaliou que é preciso ter uma estrutura. É muito heterogênea a realidade da população em situação de rua. O trabalho é diverso. Não é único. Mas, se olharmos, mais de 20% da população em situação de rua estão há muitos e muitos anos dormindo nos centros de atendimento temporário. Há muitos anos e com trabalho que nem precisam mais passar por essas etapas porque têm um trabalho fixo. Mesmo o pessoa do Autonomia em Foco que está aqui. Eles conseguem trabalho, o salário é insuficiente. Porque um quarto em um cortiço é R\$800. Ganhando R\$900, um pouco mais, qualquer desequilíbrio, se gastou naquele mês um pouco mais em remédio ou uma despesa extra, volta toda a situação. Aqui poderíamos elencar milhares de pessoas que arrumaram emprego, trabalharam durante um, dois anos e voltaram para a rua. E essa volta sempre é muito mais perversa porque tem toda a culpabilização que a pessoa assume, o estigma que fica. Então, queríamos colocar principalmente para a Secretaria de Habitação que a população em situação de rua tem que ser parte da política habitacional e não uma parte da indicação por SMADS. É essencial que tenhamos, como foi a favela, como foi o cortiço, e pensando a moradia como autonomia, a pessoa tendo o banheiro, o quarto onde dormir, com tranquilidade, segurança e, lógico, todos os aportes necessários, como qualquer forma de inserção social. A Locação Social é uma das saídas mais importantes, que corresponde, porque garante à pessoa pagar conforme a sua capacidade de renda e mantém também o bem público. Então, não tem esse risco de perder o bem, mas é mais nesse sentido, que acho que tem que entrar com pauta da SEHAB. Não dá para transferir a pauta para SMADS, com todas as importâncias que tem o papel de SMADS, nesse sentido. Só queria reforçar que a Locação Social ou essas experiências de casa primeiro, que está no mundo inteiro sendo discutindo, tem mostrado que o resultado é melhor, o House First. Então, acho que tem que colocar na política habitacional. Temos toda a disposição de estar contribuindo com as experiências, aquilo que conhecemos, mas é o resultado mais efetivo, inclusive, mudando esse ciclo, porque, com o trabalho sem a moradia, as pessoas têm voltado. Com a estabilidade da moradia, muda-se essa realidade. Só para reforçar, tem que estar com pauta da SEHAB e não como uma demanda da SMADS. **Sr. Fernando Chucre** – Concordamos integralmente com a tese, tanto que a Secretaria de Habitação está bastante alinhada com SMADS na solução dessa questão. O primeiro recurso que conseguimos acessar está sendo direcionado para a produção de unidades habitacionais. Nesse modelo de Locação Social, que uma parte das unidades será destinada a essa questão de moradores em situação de rua. Lembrando que a questão da Locação Social, para quem está na habitação, vários aqui acompanham isso há muito tempo, essa discussão vai e volta ao longo dos últimos vinte anos. Nunca houve uma convergência tão grande como há agora nesses últimos três ou quatro anos com relação a Governo Federal; Governo Estadual menos, porque não tem tanta ação direta nessa questão de Locação, talvez no financiamento, e com o governo municipal, especialmente, nunca houve tanta convergência com relação à necessidade de se implementar um modelo. E São Paulo, acho que é a melhor cidade para testarmos esse modelo, pela diversidade, pelas características que temos de território, de grande número de edifícios subutilizados na região central. Tanto que o Programa de Locação Social tem uma característica que estamos fazendo questão de colocar na tese, porque estamos terminando, está o Guilherme aqui, que está nos ajudando a construir esse texto, mas uma das preocupações é só viabilizar essas unidades nos centros, nas áreas que têm alguma centralidade, têm emprego, têm infraestrutura e renda, e em eixos estruturantes, onde existe transporte. É uma preocupação nossa também não virar um programa que começa novamente a empurrar pessoas para as extremidades da cidade. Então, existe convergência nisso e vamos conversar com os senhores, com todo mundo que tem interesse nesse assunto, para achar uma saída melhor, a melhor saída possível dentro desse programa de Locação Social. **Sr. Manoel Lucimar** - Defendemos a cidade para todos, e a cidade para todos passa por todas essas questões. Não só a questão de habitação. Ela passa por dentro da questão dos espaços democráticos. E aí temos o Decreto nº 153, que fala dessa população vulnerável que trata das seguintes questões: da política transversal e unificada. E achamos que é importante sim discutir com as cinco secretarias do município, saúde, habitação, trabalho, direitos humanos e também buscar o Governo do Estado com o programa, com recurso da Minha Casa Paulista, da Casa Paulista, para fazer essa discussão. Na Cidade de São Paulo, em 2015, houve dois senos, um qualitativo e um quantitativo e lá identificou-se um número de 15.905 pessoas em situação de alta vulnerabilidade social. Aí o secretário vem e nos apresenta aquele programa, apresenta tudo aquilo ali, e é louvável sim. Não somos contra a política de assistência. Acho que vem ao encontro do anseio do movimento, da população em situação de rua. Queremos fazer essa discussão com dois lemas: um é a Locação Social e o outro é Aluguel Social. Porque de 2010 para cá, as coisas mudaram muito no mundo. Há um grupo de pessoas que estão hoje se deslocando de um continente para outro em busca da felicidade. E em busca da felicidade não há fronteira, que é o caso dos imigrantes refugiados. Então, defendemos isso. E em grandes metrópoles, como São Paulo, e outras que existem no Brasil, achamos que, para equacionar isso, temos que buscar o modelo alternativo. E o modelo alternativo pode ser a Locação Social. A dignidade para nós não passa só pela casa definitiva, mas passa pelo bem-estar. Muitas dessas pessoas não são pessoas de baixa renda. Elas são pessoas de baixo poder de consumo. Mas elas contribuíram no passado. Elas foram cidadãs igual a nós. Por um percalço que houve na vida, caíram nessa situação. Mas podemos equacionar sim, dentro das políticas universais que estão colocadas lá. São políticas transversais e podemos trabalhar isso. Hoje a prefeitura atende um pouco mais de sete mil pessoas nas casas de passagem e albergues. As outras estão onde? Na calçada. Então, para esse número não se elevar, para ele parar ou começar a diminuir, temos que buscar um modelo alternativo. E um modelo alternativo é isso: não importa se o imóvel tem 20 metros quadrados ou 18 metros quadrados. Hoje no mercado já existe imóvel com 14 metros quadrados. Mas o fato é que aquilo é uma dignidade. A pessoa pode pagar. Sabemos que hoje o orçamento que é gasto com isso é altíssimo. E orçamento tem limite porque a demanda não para de crescer. Queremos fazer essa discussão, com o Ministério Público, com a Defensoria Pública. E o fórum, achamos que é aqui. Temos que fazer essa discussão com a Secretaria de Habitação e Assistência. **Sr. Alderon** - Em 1980 tínhamos aí três mil pessoas em situação de rua. Com a chegada da Prefeita Luiza Erundina, começamos a ter uma política de assistência social para a população em situação de rua. Começaram umas casas de convivência, albergues, já havia uns três albergues municipais, inclusive, diretos. Não eram conve-

niados. E esse processo foi aumentando e depois foram se criando outros albergues. Chegamos aos centros de acolhida. Hoje, não sei quais são os números, mas devem ser mais de sessenta centros de acolhida. **Sr. Filipe** - Setenta e cinco. E outros quinze que são Autonomia em Foco, Família em Foco, e os três novos CTAs, que são centros de acolhida. Então, vai para cem centros de acolhida até dezembro. **Sr. Alderon** - Esse processo de política só assistencial não resolveu o problema da população em situação de rua. Estamos vendo um número crescendo, em torno de 30% a cada três anos. Isso é um sinal de que essa política que estamos implantando, nessas gestões anteriores, não funciona. E temos esse exemplo da porta de entrada, como moradia. Não é para todos. Não estamos aqui defendendo que todo mundo que está em situação de rua tem que ir pela moradia. Sabemos que não dá certo, até porque já tivemos muitas políticas, tentativas de moradia. Hoje, a Cidade de São Paulo tem um know-how; ela pode fazer sim uma política de habitação. E aí essa iniciativa da Locação Social é muito importante. E acho que é muito importante também empoderar o GT de população de rua que está aqui, de habitação. Temos que empoderá-lo porque temos um conhecimento. E é importante que a Secretaria de Habitação abrace isso porque aí sim acredito que vamos transformar essa realidade da população em situação de rua. Não vamos acabar, porque é uma questão de sistema, mas podemos diminuir muito. E há uma coisa muito grave, que temos agora: famílias morando na rua. E são famílias que só têm a mãe. A porta de entrada tem que ser a moradia, a habitação, porque são cidadãos e cidadãs que precisam de privacidade e eles precisam de ter essa base para poder reconstruir sua vida. **Sr. Fernando Chucre** — Esbarramos nessa política de Locação Social e na provisão de moradia, em todas as demais, na questão orçamentária. Não posso prejudicar uma fila que já temos na habitação, que tenho 33 mil famílias em Auxílio Aluguel, que estão aguardando sua moradia; tenho aqui o déficit quantitativo do município, de 380 mil famílias também que não têm moradia para morar e que não estão no Auxílio Aluguel, e o déficit qualitativo de quase 860 mil famílias. Então, o que vamos tentar fazer é garantir um percentual, porque não posso prejudicar, eu tenho um público aqui também grande, um grande número de pessoas que estão esperando. Mas isso foi importante porque, desde o primeiro mês aqui, a Habitação e SMADS têm conversado de achar uma solução em conjunto. Está claro também para nós a questão da política da residência primeiro, da casa primeiro, e temos tentado, temos nos debruçado e temos tentado soluções para isso. Não é uma solução fácil. E a solução, menos do que eventualmente disponibilizar unidades para esse atendimento, a grande interrogação que há nesse modelo, que todo mundo teve oportunidade de ver o que já foi feito e não é no Brasil, mas no mundo inteiro, é o problema de gestão desse tipo de empreendimento. Então, essa é uma discussão que eu e o Filipe começamos agora. Já que viabilizamos o recurso de fato para as primeiras unidades, vamos começar agora a discussão de gestão e vamos querer conversar também com essas entidades. Hoje há um modelo de gestão de entidades muito forte, de SMADS, desse tipo de empreendimento. É uma discussão que vamos ter, de agora para frente. É uma dúvida muito grande que existe da Habitação especialmente pela experiência que ela tem: das mil unidades que há desde a gestão da Marta, do Serra, do Kassab, temos mil unidades de habitação de Locação Social, aliás, umas deram muitíssimo certo e outras deram muitíssimo errado. Então, vamos ter que fazer essa discussão para não correr o risco de perder o controle sobre esses empreendimentos, especialmente. **Sr. Fernando Zanforlin** - Elogio o trabalho da sua secretária, Secretário Filipe, e o que o senhor está fazendo com relação aos moradores de rua. A minha pergunta é: os senhores têm atenção ou têm programa de atenção com relação aos refugiados? Pergunto isso pelo seguinte: hoje não temos na Comissão nenhum membro de refugiados reivindicando habitação e um dia vamos ter. **Sr. Filipe** - Dentro desses centros de acolhida que foram mencionados aqui temos centro de acolhida para refugiados. E tratamos o assunto da mesma forma, na política da autonomia, da Jornada da Autonomia. É em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos, que também tem esse atendimento, e o CIC do imigrante, que é do Governo do Estado, que também tem parceria conosco. Então, a política para o imigrante também passa por essa Jornada da Autonomia e que também consta nos SUAS. Tenho uma outra reunião agora. Mas eu sei que há uma ata sendo registrada. Queria receber as perguntas e prometo que respondo as perguntas que vão estar na ata. Queria agradecer mais uma vez a oportunidade e parabenizá-los por este encontro. **Sra. Edilaine** - Pessoas foram retiradas do Terminal Dom Pedro com uma promessa de moradia, isso em 2014, algo que não foi efetivado até 2017, e temos uma movimentação iniciada pelos próprios moradores, iniciativa própria, e foi efetivada uma carta direcionada a algumas secretárias, inclusive, Secretária de Habitação e Secretária de Assistência Social. Isso, em 24 de julho. Hoje, completa-se um mês e não tivemos retorno. Então, gostaria de ter algum retorno referente a essa situação. Gostaria de saber se o secretário teve acesso e, caso teve, como está o andamento. **Sr. Fernando Chucre** — Não havia tido acesso a essa informação. Vou pedir para a Márcia Terlizzi, que cuida da parte de resolução de conflitos, desses casos que estão em aberto, para atender os senhores. E aí fazemos uma reunião específica sobre isso. Pode ser? **Sra. Edilaine** - Muito obrigada. **Sr. Rubens Marcelino** - É uma democracia verdadeira que estou vendo hoje, que é a primeira vez que estou falando no Conselho Municipal da Habitação, uma democracia ampla, que temos uma opinião para discutir, apresentar. E o setor da habitação municipal precisa passar por uma reestruturação setorial da habitação municipal. Vários setores, habitação é só um nome, mas é habitação de interesse social, empreendimento de interesse social, é um sistema municipal de atendimento social da habitação, o sistema municipal da Locação Social Coletiva Familiar, certo? Estava aqui o secretário, o assessor da SMADS, falando do trabalho que fazem de acolhimento. Precisam passar por uma formação, avaliação, os moradores de rua. Não é só dar assistência social. É avaliação, assistência social, psicológica, pedagógica. Sabendo que, se ele tiver algum esforço pessoal dele próprio, vai conseguir chegar até lá. Então, Habitação e SMADS trabalham com trabalho integrado. Precisam trabalhar com a Secretária Municipal do Trabalho, dos Direitos Humanos, reforçar a proteção básica social dos moradores de rua. E reestruturação da habitação setorial municipal. **Sra. Carmen** - Temos que retomar o Grupo de Trabalho da questão dos moradores em situação de rua. Isso é um consenso nosso e estamos sentindo falta de ter essa discussão. Tenho um grande receio de um programa anular a legitimidade das demandas de moradia. Ainda mais com a presença do Ministério Público, gostaria de reverter isso porque, infelizmente, há programas que anulam a legitimidade das demandas da moradia dos movimentos sociais. E, partindo da premissa de que habitação é caso de habitação, moradia é da habitação, já que SMADS tem um orçamento de autonomia, por que esse orçamento de autonomia não vem para moradia? Passe para a secretária que é responsável por moradia. **Sr. Fernando Chucre** — A situação de penúria, de falta de recursos para investimentos, acho que é do Governo Federal, do Estado. O Dr. Cesar está aqui e conhece a discussão que está acontecendo também no Ministério Público com relação ao Auxílio Aluguel, que é uma discussão que estamos tendo com eles com relação aos vários critérios que são utilizados para atendimento pelo Auxílio Aluguel; vários desses critérios são muito mais relativos a políticas de outras secretárias do que da habitação especificamente. E o Auxílio Aluguel nos últimos anos virou uma via

fácil de atendimento de qualquer problema da cidade. Então, seja por vulnerabilidade, seja por risco, seja por todos os critérios e não vou aqui numerar. Hoje, tanto Defensoria Pública quanto Ministério acabam utilizando isso porque sempre foi uma via mais rápida de atendimento. Açou-se um caminho que era: manda para Habitação que a Habitação paga R\$400 por mês. Aí vou dizer a minha opinião pessoal: isso é a pior política que podemos ter, essa política do Auxílio Aluguel. Vamos gastar este ano R\$154 milhões com Auxílio Aluguel. Não tenho e ninguém tem a menor ideia de como está sendo empregado esse recurso pelas famílias na ponta, porque não se sabe se é de fato uma família, até pelos critérios, pela mudança de critérios, ao longo dos últimos anos, tem uma enormidade de pessoas, e fizemos esse trabalho que vamos apresentar antes para o Ministério Público, antes de apresentar para o Conselho, antes de apresentar para todo mundo, que são pessoas que não temos a menor ideia do porquê estão inseridas no atendimento do Auxílio Aluguel. Há pessoas que fizemos um piloto, que foi feito inclusive no final da administração anterior, uma pesquisa no SERASA, com o CPF das pessoas, para saber a renda. Há uma enormidade de famílias que não se enquadram pelo critério de renda no atendimento por Auxílio Aluguel. E aí é um show de horrores e nós aqui discutindo que precisamos de dinheiro para fazer atendimento de várias outras coisas que são atribuições de fato da Secretaria de Habitação. Então, o que estávamos fazendo, na linha do que a Carmen propõe, é uma discussão com a Secretária da Fazenda que depende ainda de eu negociar com Defensoria e com Ministério Público, porque é uma questão polêmica. É uma questão bastante polêmica que é o seguinte: deixar os critérios de uma maneira que a Habitação fique responsável, estou falando orçamentariamente, somente pelos atendimentos que têm a ver com as questões da própria Secretaria de Habitação. Os demais, se a secretária alegar que não tem condições de atender, de fazer o atendimento social, não há problema algum. Estamos à disposição. É tudo Poder Público. Desde que a secretária que fizer a demanda mande o orçamento conosco. Porque estamos comprometendo a capacidade da Secretaria de Habitação de cumprir com sua atribuição principal, que é prover moradia, seja qual for a modalidade; isso está comprometendo a capacidade da Secretaria de Habitação. É uma discussão dura porque estamos falando de outros direitos também. E não é uma questão de retirar direitos, mas transferir os direitos. A discussão que estamos tendo é orçamento; não é direito. Não é retirada de direitos. **Sra. Carmen** - Só para reiterar que essa discussão do Locação Social saia do papel. **Sr. Gilmar** - Sim, senhora. **Sra. Verônica** - Não se faz a discussão do Locação Social. Discute-se em um canto, discute-se em outro canto. Por que não traz aqui, para dentro do Conselho? Como vai fazer com a pessoa em situação de rua, com a mulher vítima de violência doméstica, como vai fazer isso? Enquanto ficar cada um discutindo essa questão isoladamente, não vamos a lugar algum. **Sr. Gilmar** - Vamos trazer ao Conselho. Vou ler um questionamento para que fique registrado. É uma pergunta da Rita Maria, Presidente da Associação Comunitária Vida Nova, no Bairro Branco, Tiradentes. Foi contemplada no chamamento 2 e não foi possível entrar na seleção da Caixa porque não foi desenvolvido projeto ainda. E ainda será necessário parcelamento da área. Ela pergunta como fica essa situação? Vamos trazer uma reunião quanto a isso. Vou pedir licença porque tenho uma reunião agora, na prefeitura, de suma importância para a secretária, para o que estamos tratando aqui também. **Sr. Molin** - Um adendo complementando o que o Fernando Chucre disse, sobre o valor que a prefeitura está colocando este ano para o que os senhores chamam aqui de Aluguel Social. Nós chamamos de Auxílio Moradia Provisório. São 33 mil famílias, temos mais ou menos de 13 a 15 mil famílias, e o Estado está gastando esse ano com esse mesmo tema, vamos dizer assim, em torno de R\$65 milhões também. Auxílio Moradia Provisório e Auxílio Moradia Emergencial; dos R\$65 milhões, mais ou menos R\$10 milhões, Auxílio Moradia Emergencial. E o restante é Auxílio Moradia Provisório. É a mesma coisa que o Aluguel Social do município. **Sr. Fernando Chucre** — Temos discutido no Conselho de Gestão da Secretaria aquela iniciativa que começamos a fazer o cruzamento, que é outra dúvida séria que sei que os senhores já estão fazendo alguns pilotos. Também estamos fazendo com a CDHU, que é o cruzamento dos cadastros de benefícios entre os municípios, especialmente, Auxílio Aluguel, para identificarmos situações de fraude, porque tem que ser unificado na região metropolitana especialmente esse tipo de cadastro de atendimento. As pessoas circulam entre as cidades, que têm políticas diferentes, têm nomes diferentes para o mesmo serviço e não se cruzam os cadastros. Isso é um problema também para nos debruçarmos e tentarmos o mais rápido possível avançar nessa questão. **Sr. Rosalvo** - Vejo aqui as intervenções e vejo um grande conteúdo ideológico em algumas delas. Temos uma história de administração onde pelo menos as principais propostas ideológicas tiveram a oportunidade de administrar a cidade. E são temas que não podemos dar ao aspecto ideológico a importância grande demais ao processo. Senão, não vamos enfrentar com qualidade a discussão. O Secretário Filipe não está mais aqui, mas quero parabenizar o trabalho que a prefeitura tem feito. Acho que foi muito importante o esforço, a demonstração do esforço e da efetividade que tem sido. Claro que o tema da habitação pode ser, digamos, a solução, o aspecto fundamental da autonomia e assim por diante. Mas, na realidade das pessoas que moram na rua, é preciso termos claro que não dá para chegar e oferecer simplesmente uma habitação para um morador de rua, sem cuidar dos outros aspectos que estão envolvidos ali. É aquilo que o Karl Marx chamava de Lumpem. Muitos já perderam a vontade de lutar pela própria dignidade. Então, é preciso uma abordagem, um trabalho de recuperar essas pessoas, para chegar até a discussão da habitação, se é a coisa mais importante naquele momento. Não concordo que se pegue e coloque na habitação como primeiro tema. É um problema que é transversal, tem que envolver as várias secretárias, para podermos encaminhar. Há aspectos que são puramente assistenciais e deverão ser cuidados dessa forma. Há aspectos que a assistência inicial tem que ser para depois chegar. Há pessoas que não têm mais nenhum documento. Já perderam todos os documentos. Ele só sabe dizer o nome dele, o lugar que nasceu, o nome do pai, da mãe e pronto. Não consegue comprovar absolutamente nada. Então, é preciso todo um trabalho de resgate dessas pessoas para chegar a um estágio de habitação. Eu acho que a Locação Social é importante. Não é preciso mais ficarmos discutindo isso. Já existe um certo direcionamento, existe um consenso de que é preciso. E a própria iniciativa privada já começa a se interessar por construir habitação para Locação Social. Temos a habitação que é feita para o mercado popular, habitação para ser comercializada pela iniciativa privada. Na Vila Buarque, já está para ser concluída a entrega de apartamentos de 10 metros quadrados. No entanto, no Minha Casa Minha Vida temos tem que ter 47 metros, tem que ter acessibilidade em todos os cômodos. E acabamos criando um problema porque não se atende efetivamente. Então, há casos e casos. Não precisamos ter dois quartos, sala, cozinha, banheiro, para todos, universalizando esse atendimento. Então, acho que precisamos deixar um pouco de lado os problemas ideológicos e atuar de modo muito concreto, tentando resolver os problemas que estão ali colocados. Quem está sentado na cadeira do Poder Público, o prefeito, os secretários, vereadores e tudo mais, precisam assumir para dar respostas no sentido de zerar esse problema que temos. O que temos visto é que é um problema que é crescente. Quero pedir que as nossas divergências ideológicas não dificultem o programa. Te-

mos todos que fazer esforços para trabalhar. Aprovo a Locação Social. Acho que tem que acontecer. E a Secretaria de Habitação tem que discutir nessa questão a sua parte do problema e não entender que, se puxar para ela, irá resolver a questão. **Sr. Fernando Chucre** — Uma das coisas que estamos colocando sistematicamente para Brasília, para o Ministério das Cidades, é que não deve haver restrição com relação à tipologia nos recursos de financiamento que foi disponibilizado para o Programa de Locação Social. Considerando que não se transfere a propriedade, se pode ter essa migração de uma tipologia para outra. Não é necessário um apartamento de 49 metros quadrados. Então, essa discussão foi colocada sistematicamente para o Ministério das Cidades: a necessidade de não haver restrição com relação à tipologia. Cada município sabe a demanda que tem, a forma que tem que atender, as dificuldades que tem. **Sra. Mariza** - Não concordo com alguns pontos da fala do Rosalvo. Onde moro, na Cidade Tiradentes, há bastantes famílias, pessoas, vivendo nessa situação tão crítica, caótica. E essa questão da população de rua, temos que ter um carinho e um olhar social para os nossos irmãos e irmãs que estão morando na rua. Eles não estão morando na rua porque querem. Aconteceu alguma coisa no meio do caminho que infelizmente, aonde eles chegaram, foi devido a várias situações que não podemos deixar de olhar para essas pessoas. E a questão da habitação é uma questão social. E sabemos que há muita responsabilidade em cima do governo municipal. E temos que chamar também um pouco essa responsabilidade para o Estado. Ouvei o Molin falando da questão da Locação, mas isso não basta. Isso são ferramentas para resolvermos o problema de imediato. Mas e a nossa política? Temos que pensar em uma política permanente, uma política para frente, porque sabemos que do jeito que as coisas estão andando, cada dia mais, o índice pode aumentar. Por mais que vimos agora o secretário apresentando um pouco como será esse trabalho, porque não vai acabar, isso é um trabalho para longos anos. Outro ponto que queria colocar é que, no ano passado, bem antes do final do ano, já tínhamos criado um GT, um grupo de trabalho. Lembro-me que tínhamos passado o nome, havia representantes, não só dos movimentos sociais, mas também da população de rua. Então, é preciso sair daqui com a data de quando vai ser a próxima reunião, e reativar, chamar as pessoas que já tinham dado o nome. Quem não puder participar, indica outros. Vamos andar para frente porque está muito frio, essas pessoas estão na rua e precisam de um olhar social. **Sr. Rosalvo** - Só quero dizer que tenho muito carinho por toda a população. Não sou um algoz da população. Estou dizendo que as políticas a serem colocadas precisam levar em conta a realidade e não tanto a ideologia. **Sra. Nilda** — Queria saber do Secretário Filipe sobre essas ações que estão sendo feitas pela GCM de higienização, o tratamento que vem sendo feito hoje pela Secretaria de Assistência. Inclusive, tive colegas assistentes sociais que moveram processo contra a secretaria porque foram agredidas, porque estavam defendendo os moradores em situação de rua e foram agredidas pela GCM e são ações coordenadas pela Secretaria de Assistência. E acho que são ações que os moradores em situação de rua estão passando hoje. Em junho tivemos cinco moradores que vieram a óbito. É uma situação que infelizmente o secretário deveria estar aqui para debatermos essas questões. E concordo plenamente com a questão que foi colocada aqui de retomarmos o GT, da população em situação de rua, e o GT de Locação Social. Pensando na questão da população de rua, não há outra política que possamos trabalhar que não seja a Locação Social, com um trabalho aqui junto com os movimentos, com entidades que já têm esse trabalho voltado para essa população. E acho que é necessário também colocar como pauta a questão da Locação. **Sr. Fernando Chucre** — Estamos registrando e encaminharemos ao Secretário Filipe para resposta. **Sr. Cesar** - A razão do Ministério Público estar presente hoje aqui foi para a verificação, na verdade, para defesa do regime democrático. Os senhores não têm conhecimento, mas o secretário tinha conhecimento de que existe um inquérito civil instaurado já há muito tempo. Na verdade, o número dele é 331/14. E que ele investigava uma discussão que dizia respeito à própria legitimidade do Conselho, que foi a representação que foi feita naquela ocasião e a própria dinâmica de atuação dele a partir disso. Ao longo desses anos, o que o Ministério Público verificou? Primeiro que não se justificava aquela representação, ou seja, o vício que se alegava ter existido, ele não existia. E, em segundo, em um acompanhamento feito primeiro documentalmente, os trabalhos desenvolvidos por este Conselho são extremamente atreus. Então, na verdade, é um Conselho efetivo. Quer dizer, é um local em que efetivamente se tem oportunidade do desenvolvimento democrático. E a minha presença hoje foi justamente para poder presenciar. Foi isso que havia conversado com o secretário. Para que eu pudesse presenciar como são desenvolvidos esses trabalhos. Eu li com muita atenção, inclusive, a ata da última reunião, que tocou em assuntos em que o Ministério Público foi mencionado mais de uma vez. E gostaria de colocar que esse enfoque que tivemos aqui é totalmente positivo, porque verifiquei que a população e os conselheiros têm ampla possibilidade do exercício e têm acesso para poder manifestar; pouco importa agora a questão ideológica, vamos dizer assim, pouco importa qual é o viés, se tem, todos têm voz ativa aqui, dentro. E consequem efetivamente fazer com que haja discussão, seja ela técnica, seja ela política também, quanto a essas questões. Agora, o Ministério Público tem, obviamente, atribuições que vão muito além disso. Muitas das situações que os senhores acabam tratando aqui passam primeiro no âmbito do Ministério Público em discussão com a prefeitura em vários canais. Por exemplo, uma das questões que foi colocada é extremamente tormentosa para nós também da promotoria, porque tínhamos múltiplas demandas que são geradas e que ganham uma rubrica só. E que representam depois, para o orçamento da Secretaria de Habitação, algo inadmissível. Essas questões estão relacionadas a muitas outras áreas, como Defesa Civil e outras tantas. Então, temos essa dimensão e muitas vezes o Ministério Público, ele também encaminha demandas que acabam se crescendo àquilo que a prefeitura tem para colocar dentro de seus planejamentos. Mas quero parabenizar a todos que estão aqui presentes porque pude presenciar um exercício efetivo de democracia. Inclusive, a própria condução e o comportamento individual de cada pessoa, respeitando a posição alheia, mesmo que contrária. Isso demonstra um nível de desenvolvimento de cidadania elogiável. Gostaria de agradecer mais uma vez ao Secretário Fernando Chucre essa oportunidade e, falando em nome do Ministério Público, ficamos muito satisfeitos com o que presenciamos aqui e faço votos que, doravante, isso se reproduza em todas as situações que os senhores tenham nas reuniões, que percebi que algumas são ordinárias, outras são extraordinárias, e que se atinjam os resultados contribuindo com o desenvolvimento de um tema, que é realmente muito dificultoso, em uma época ainda mais como essa, em que os recursos vão diminuindo por todo lado. Tivemos uma queda de arrecadação muito grande que interfere em todos esses tipos de planejamento. Mas eu vejo, na condução, que essa preocupação é presente. Todos têm conhecimento disso. E não por isso deixam de apresentar as suas demandas e são os veículos para a sociedade poder ser ouvida. Então, parabéns a todos os senhores. E quero agradecer ao Secretário Fernando por essa oportunidade. **Sr. Fernando Chucre** — Obrigado, Dr. Cesar. A participação sempre estará aberta para o Ministério Público. Temos um relacionamento bom institucional também, com relação também a demandas que os senhores mandam. Estamos sempre abertos para discutir e tentar achar a melhor solução

possível. O senhor sabe disso. E estamos à disposição aqui para qualquer coisa que for necessária. Um assunto que observamos nesses primeiros meses da Prefeitura de São Paulo e que nos incomoda muito no sentido de gestão pública é o grande número de empreendimentos que temos de entidades, principalmente, que estão naquela fase final de execução e não estamos tendo condições; acabou o recurso, por vários motivos, questão de contrato, questão de recursos, outras questões também. Mas, basicamente, é um assunto que nos debruçamos nos últimos meses, tanto que algumas entidades, que tinham recursos, por exemplo, que tinham parceria no Casa Paulista e com o Casa da Família, que tínhamos mais autonomia, fizemos aplicação de recursos. Temos chamado essas entidades, discutido como terminar aquele empreendimento, que o pior investimento é aquele que fica pela metade, que é o caso que temos muito aqui, não é, Dr. Cesar? O Ministério Público também tem agido nesse sentido, tem discutido conosco algumas questões, mas estamos debruçados para terminar esses empreendimentos que estão pela metade, ou da metade para o final. Um desses empreendimentos foi o primeiro que apareceu nessa situação, que não estava nas parcerias de Casa Paulista e de Casa da Família. Era um programa antigo ainda. Era do Crédito Solidário. É um empreendimento de Itapecerica. Foi um que foi ocupado no começo do ano, que fui lá, inclusive, tentar negociar a desocupação. Não foi por movimento. Tenho todo o relatório aqui. E, aí, o que estamos fazendo? Como é o primeiro empreendimento que estamos deslocando recursos e não é do Fundo diretamente, a princípio, vamos usar dinheiro do FUNDURB. Vamos apresentar uma reprogramação de recursos e vamos transferir por volta de R\$4 milhões. São 180 famílias e está há três anos parada a obra. A obra já está toda levantada, com porta, com janela e não termina a obra por questões de complementação. Então, isso está beneficiando um outro movimento hoje e pode beneficiar algum movimento dos senhores no dia seguinte. Então, estamos querendo deixar esse assunto muito claro, que é uma mudança também com relação à nossa política. E vamos para cima de terminar empreendimentos que estão pela metade e que não haja, claro, nenhum tipo de discussão judicial. Porque há alguns casos que foram solicitados para nós que tinham outras questões, que não vêm ao caso, que esses casos, obviamente, ficam numa caixinha separada. Então, o que estamos fazendo, basicamente, já há alguns empreendimentos que fizemos aporte. Esse tem um aporte de R\$4.330 milhões. Vamos realocar recursos do FUNDURB de obras que não vamos executar esse valor esse ano para poder terminar essa obra e atender essas famílias que estão lá há três anos com a obra parada, fora o tempo que o empreendimento está lá. O contrato é de 2008. Ou seja, faz nove anos que o empreendimento está lá, parado. E isso, vamos fazer sistematicamente agora. Então, ao mesmo tempo que é uma informação, é uma discussão que estamos colocando no Conselho para deixar validada essa política de ajudar esses movimentos que estão com os empreendimentos parados. O Molin tem um que estamos tratando junto, que são os dois da Evanizia, Maria Amaral e Florestan Fernandes. Esse é do Casa Paulista, está mais fácil, já está em processo de execução, de liberação. Nosso compromisso era agosto agora, se não me falha a memória. Não era isso? De terminar essa questão. Então, isso vai ser uma medida que vamos tomar agora. Sistematicamente, estamos deixando isso como aprovado, espero, no Conselho também, porque faz parte da política habitacional do município como um todo. **Sra. Mariza** - Vamos escolher a data hoje da reunião do GT? **Sr. Fernando Chucre** — Há uma reunião extraordinária da Comissão Executiva, no dia 29 de agosto. **Sra. Verônica** - E do GT de população em situação de rua? **Sra. Ana Maria** - O que a Mariza está propondo é que seja retomado um GT que foi criado no final de dezembro de 2016. Em 2017, esse GT começou as discussões e ele parou e não sabemos por quê. Parou pelo próprio GT. Não houve orientação dessa secretária para parar. Na última ata que temos, o Kohara e mais um grupo de pessoas iriam conversar com o secretário sobre população em situação de rua. Posso até reencaiminhar aos senhores. **Sr. Fernando Chucre** — Mandê uma solicitação de convocação com data. E já convocamos todo mundo e fazemos essa reunião. Não precisa ser aprovado. **Sr. Luiz Kohara** — A secretária mandou um e-mail pedindo para suspender e depois marcaria. **Sra. Ana Maria** - Porque a coordenadora saiu. **Sr. Fernando Chucre** — Como estamos sem coordenadora, já mandamos uma proposta de data para todos e se faz a convocação da reunião. Fazemos no começo de setembro. (Encerra-se a reunião).

## HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

### GABINETE DO SUPERINTENDENTE

#### CONTABILIDADE

##### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

Ficam convocadas as empresas abaixo relacionadas, a retirarem as Nota (s) de Empenho, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes, na Gerência Técnica Contábil Financeira, à rua Castro Alves, 63/73, 5º Andar de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, (Para Processos de Dispensa/Exclusividade/T.P./Convite e Concorrência) e 03 (Três) dias úteis, (Para Processos de Ata de RP e Pregão), a contar desta data.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
CRUZELER COMERCIAL LTDA EPP	6210.2017/0002855-1 – Dispensa	2550
GREINER BIO ONE BRASIL PROD MED HOSP LTDA	6210.2017/0003412-8 – Dispensa	2557
JPL IND E COM DE EMBALAGENS LTDA EPP	6210.2017/0001380-5 – Pregão 318/17	2555
AGRIBOM COMERCIAL LTDA ME	6210.2017/0001380-5 – Pregão 318/17	2556
CRISTALI PROD QUIM FARMAC LTDA	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2577
ANSIOTON IMPORTADORA LTDA EPP	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2574
HOSPAR IND E COM DE PROD HOSP S/A	6210.2017/0001612-0 – Pregão 326/17	2576

##### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

##### SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionadas

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
BZG MEDICAL COM DE PROD MED E		
CIR LTDA EPP	6210.2017/0001841-6 – Pregão 320/2017	2559
DUPATRI HOSP COM IMP E EXP LTDA	6210.2017/0001841-6 – Pregão 320/2017	2560
CHRISPIM NEDI CARRILHO EIRELI EPP	6210.2017/0001834-3 – Pregão 324/2017	2561
FRESENIUS KABI BRASIL LTDA	6210.2017/0001827-0 – Pregão 319/2017	2546

##### RETIRADA DE NOTA DE EMPENHO

##### SETOR DE GESTÃO DE CONTRATOS

Encontra-se a disposição do interessado, após convocação do mesmo, no Setor de Gestão de Contratos, na Rua: Castro Alves, 63/73, 6º andar, de 2 º a 6ª feira, das 8 às 17 horas, a Nota de Empenho abaixo relacionada, com a apresentação das cópias autenticadas dos seguintes documentos: CND, FGTS e Certidão de Tributos Mobiliários do Município de São Paulo ou declarações correspondentes.

EMPRESA	PROC/MOD.	NE
BECTON DICKINSON INDS CIRURGICAS LTDA	6210.2016/0000896-6 – Pregão 269/2016	2580